



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA



DIOGO ZULPO

**ANÁLISE DE LINHAS DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO
EMPRESARIAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO

2018

DIOGO ZULPO

**ANÁLISE DE LINHAS DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO
EMPRESARIAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernande Casagrande

PATO BRANCO

2018

“O Termo de Aprovação encontra-se arquivado na Coordenação do Curso de Ciências Contábeis”.

Prof.Dr.Luiz Fernande Casagrande

Orientador

Prof.Dr.Eliandro Schvirck

Avaliador-UTFPR

Prof.Dr.Sandro César Bortoluzzi

Avaliador-UTFPR

Dedico este trabalho a meus pais, amigos, colegas de trabalho e, em especial a Deus, pois sem Ele nada somos e Nele tudo podemos. Ele é nossa base, refúgio, abrigo e direção.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos e jamais desistir de meus sonhos e objetivos.

A minha mãe, Leonildes Alves de Oliveira Zulpo, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A meu orientador, professor Luiz Fernando Casagrande, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me orientou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Contábil e Financeira, professores da UTFPR, Campus Pato Branco.

Agradeço aos tutores presenciais e à distância, que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Agradeço também à Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, em especial aos Diretores, por disponibilizarem e oportunizarem o crescimento profissional e pessoal a seus colaboradores.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desta monografia.

1. O Senhor é o meu pastor, nada me faltará.
2. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas.
3. Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome.
4. Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque Tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam.
5. Preparas uma mesa perante a mim na presença dos meus inimigos, unges a minha cabeça com óleo, o meu cálice transborda.
6. Certamente que a bondade e a misericórdia divina me seguirão todos os dias da minha vida; e habitarei na casa do Senhor por longos dias.

(SALMO 23)

RESUMO

ZULPO, Diogo. **Análise de linhas de crédito para capital de giro empresarial**. 2018. 61. Monografia (Especialização em Gestão Contábil e Financeira). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

Fundamentalmente, o termo crédito – do latim *creditum*, “confiança ou segurança na verdade de alguma coisa, crença/reputação, boa fama” – identifica uma relação de confiança entre duas ou mais partes numa determinada operação. O presente trabalho de pesquisa pretende arguir por que as linhas de crédito capital de giro e conta garantida, são relevantes numa economia. Tem-se como premissas o fato de que é o crédito que possibilita o investimento, desenvolvedor econômico e que o crédito permite que indivíduos saiam da faixa da miséria, bem como, que o crédito proporciona um maior bem-estar social numa economia de mercado. Sendo assim, este trabalho visa diferenciar e conceituar Bancos Comerciais, Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito, órgãos estes integrantes do Sistema Financeiro Nacional e conceituar as linhas de créditos disponíveis aos empresários. As conclusões basearam-se nos dados obtidos através de diferentes fontes de pesquisa, os quais proporcionaram a realização dos objetivos propostos. Os resultados da pesquisa apontam que dentre as instituições financeiras analisadas, a que possui linhas de crédito mais vantajosas ainda é a Sicredi, pois, no ranking de dezembro de 2017 ela aparece em primeiro lugar, em três produtos, dentre os cinco analisados: conta garantida, desconto de cheques e cheque especial.

Palavras-chave: Instituições Públicas. Instituições Privadas. Cooperativas de Crédito. Gestão de Capital de Giro.

ABSTRACT

ZULPO, Diogo. **Analysis of credit lines for business working capital**. 2018. 61. Monografia (Especialização em Gestão Contábil e Financeira). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

Fundamentally, the term credit - from the latin *creditum*, "confidence or security in the truth of something, belief / reputation, good fame" - identifies a relationship of trust between two or more parties in a given operation. The present research aims to argue why credit and working capital credit lines are relevant in an economy. The assumption is that it is credit that enables investment, an economic developer, and that credit allows individuals to move out of poverty, and that credit provides greater social welfare in a market economy. Thus, this work aims to differentiate and conceptualize Commercial Banks, Financial Institutions and Credit Cooperatives, these bodies are members of the National Financial System and conceptualize the credit lines available to entrepreneurs. The conclusions were based on data obtained from different sources of research, which provided the achievement of the proposed objectives. The results of this research show that among the analysed financial institutions, the one that has more advantageous credit lines still is Sicredi, because in the December 2017 rank, it appears in the first place, in three products, among the five analysed ones: guaranteed account, checks discounts and overdrafts.

Keywords: Public Institutions. Private Institutions. Credit Unions. Working Capital Management.

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Quadro 1- Instituições Financeiras	18
Tabela 1 - Maiores Instituições Financeiras	46
Tabela 2 – Conta Garantida	47
Tabela 3 - Capital de Giro	48
Tabela 4 – Desconto de Duplicatas.....	50
Tabela 5 - Desconto de Cheques	52
Tabela 6 - Cheque especial.....	54

LISTA DE SIGLAS

ACC: Adiantamento sobre Contratos de Câmbio
ACE: Adiantamento sobre Contratos de Exportação
Bacen: Banco Central do Brasil
BC: Banco Central
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH: Banco Nacional de Habitação
CDB: Certificado de Depósito Bancário
CDI: Certificado de Depósito Interbancário
CMN: Conselho Monetário Nacional
Cofins: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
DRS: Desenvolvimento Regional Sustentável
FGCoop: Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Finame: Agência Especial de Financiamento Industrial
FMI: Fundo Monetário Internacional
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IOF: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPC: Índice de Preços ao Consumidor
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
PIB: Produto Interno Bruto
PIS: Programa de Integração Social
RDB: Recibos de Depósito Bancário
RDC: Recibo de Depósito Cooperativo
SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFN: Sistema Financeiro Nacional
Tban: Taxa de Assitência Bancária
TBC: Taxa Básica do Banco Central
TI: Tecnologia da Informação
TR: Taxa Referencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
2	REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1	O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	17
2.2	SISTEMA FINANCEIRO E AGENTES	19
2.2.1	Instituição Financeira:	19
2.2.2	Instituição de Crédito de Curto Prazo:	20
2.2.3	Instituições de Crédito de Médio e Longo Prazo	22
2.2.4	Instituições de Crédito para o Financiamento de bens de consumo duráveis	23
2.3	COOPERATIVAS	23
2.4	A OSCILAÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA	24
2.5	REDUÇÃO DA SELIC E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA.....	27
2.6	AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA CAPTAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	28
2.6.1	Desconto de Duplicatas	28
2.6.2	Hot Money	29
2.6.3	Capital de giro	30
2.6.4	Conta garantida	32
2.6.5	Vendor	33
2.6.6	Compror	34
2.6.7	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio e Adiantamento sobre o Contrato de Exportação ACC/ACE	34
2.6.8	Resolução 2770 Banco Central do Brasil	35
2.6.9	Lei nº 4.131, 3 de setembro de 1962, Planalto	35
2.6.10	Export note	35
2.6.11	Finame	36
2.6.12	Desconto de notas Promissórias	36
2.6.13	Arrendamento mercantil e o <i>lease back</i>	37
2.6.14	Microcrédito	37
3	METODOLOGIA	39
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	39
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
4	COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS	41
4.1	BANCOS PÚBLICOS	42
4.2	BANCOS PRIVADOS.....	44
4.3	COOPERATIVAS DE CRÉDITO	45
4.4	RANQUEAMENTO DOS FINANCIAMENTOS PARA DE CAPITAL DE GIRO DE EMPRESAS DE ACORDO COM AS TAXAS DE JUROS	47
4.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO:.....	56
5	CONCLUSÃO	59

REFERÊNCIAS.....	61
------------------	----

1 INTRODUÇÃO

As operações de crédito têm um importante papel no contexto social e econômico da sociedade moderna. Pode-se inferir que o crédito move a sociedade, uma vez que está presente no dia a dia de empresas e pessoas físicas. Contudo, o Brasil iniciou no ano de 2015 um período de grande recessão econômica, a qual exige muita prudência das pessoas e empresas nos investimentos e no controle dos gastos.

Isso é necessário porque as taxas de juros para tomada de crédito se elevam diante do aumento do desemprego, aumento do risco de inadimplência e da inflação elevada. O risco das instituições financeiras aumenta para conceder o crédito para pessoas e empresas nesse cenário

Para as empresas que operam com crédito, ou seja, praticam vendas a prazo, torna-se preocupante que sua margem de retorno (lucro), seja relativamente pequena, pois, dependendo do nível de valores a receber de títulos incobráveis, isso pode comprometer a sua apuração de resultado.

Igualmente, uma empresa que possui recursos limitados ou pequena capacidade de investir em capital de giro, certamente terá dificuldades em conceder crédito a prazo mais longo.

Somente no ano de 2015, 1,8 milhão de empresas fecharam a portas. A marca é a maior dos últimos cinco anos e reflete o tamanho da recessão no País (Estadão, 2016).

Por outro lado, o surgimento das Cooperativas de Crédito possibilitou que as comunidades buscassem nessas organizações uma forma alternativa para a prática de operações e prestação de serviços bancários.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo como tema de pesquisa a gestão financeira de capital de giro das empresas, surge o problema de pesquisa do presente trabalho: Qual instituição financeira possui a taxa mais vantajosa para captação de capital de giro disponível no mercado para financiar a necessidade de capital de giro das empresas?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma pesquisa exploratória por meio de levantamentos bibliográficos em dados secundários, proporcionando um maior conhecimento e aprofundamento do tema, a fim de evidenciar a importância de uma administração eficaz na captação de capital de giro nas instituições financeiras, não só para garantir o desenvolvimento das atividades da empresa, mas para garantir sua continuidade, bem como, ranquear as instituições financeiras que oferecem as linhas de crédito mais vantajosas.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar as principais características do Sistema Financeiro Nacional
- b) Identificar quais são os bancos privados, quais os bancos públicos e quais as cooperativas de crédito mais relevantes no cenário nacional.
- c) Identificar os principais critérios para ranqueamento das linhas de crédito mais vantajosas para financiar capital de giro das empresas para disponíveis no mercado.

1.3 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que administrar uma empresa é uma tarefa que exige determinadas habilidades de seu gestor, o qual precisa estar orientado por instrumentos confiáveis que permitam otimizar os rendimentos ou estimar as necessidades futuras de financiamentos. A gestão do capital de giro que trata especialmente dos recursos de curto prazo, influencia diretamente na liquidez e rentabilidade da empresa. Uma administração inadequada pode levar a uma situação indesejável, ou mesmo a insolvência da organização (DETONI & MOREIRA, 2011).

Diante disso, este trabalho é muito importante porque visa fornecer dados interessantes aos empresários sobre o ranqueamento das melhores taxas de juros nominais, nas mais importantes instituições de crédito nacionais, para possíveis solicitações de crédito.

Segundo (CARVALHO & ABRAMOVAY, 2004), normalmente parte das dificuldades está atrelada à captação de recursos para financiar as operações

mercantis, especialmente, em relação ao capital de giro necessário para suportar as atividades comerciais de aquisição de insumos/mercadorias, estocagem e financiamento das vendas.

Segundo Hoji(2001, p.109): “O capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que transformam-se constantemente dentro do ciclo operacional”. Isso é fundamental para o controle financeiro, pois, a empresa necessita recuperar todos os custos e despesas, investidos no ciclo operacional para se obter o lucro desejado.

O tema escolhido partiu da constatação da dificuldade e insegurança que empresários demonstram no momento de aplicar suas economias ou de solicitar ajuda através de uma linha de crédito. Seu modelo de análise é prático, pois através do ranqueamento dos dados analisados torna-se possível constatar quais são as mais viáveis.

Em 2015, o Brasil enfrentou o auge da crise econômica e o PIB (soma de todos os bens e serviços produzidos no país), caiu 3,8%, no pior resultado em 25 anos. Pesquisa mostra que, em 2015, 708,6 mil empresas foram abertas e 713,6 mil fechadas no país. A Saída de empresas provocou recuo de 3,9% no pessoal ocupado e de 4,5% no pessoal assalariado. Havendo nova recessão, com queda de 3,6% (Silveira, 2017).

Apesar do movimento negativo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) destacou que a situação da dinâmica empresarial em 2015 foi mais favorável que a observada no ano anterior.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta monografia é composta pelos seguintes capítulos (i) Introdução; (ii) Revisão de literatura especializada; (iii) Metodologia; (iv) Coleta de Dados e Análise de Resultados; (v) Conclusão e por fim, as referências utilizadas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Um sistema financeiro é o conjunto de instituições que atuam no sentido de propiciar um fluxo de recursos adequados entre poupadores e investidores. O sistema financeiro é capaz de realizar a intermediação de forma que os recursos disponíveis sejam distribuídos entre aqueles que tem a intenção de investi-los. Os poupadores, que fornecem os recursos, recebem o dinheiro de volta após um certo tempo, remunerado por uma determinada taxa de juros. Nesse sentido, o sistema financeiro pode ser um impulsionador do crescimento econômico, pois, disponibiliza recursos para investimento (Centa & Tsuru, 2007).

O sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por diversas instituições, sejam elas financeiras monetárias (que podem criar moeda bancária escritural, correspondente a lançamentos contábeis de débito e crédito), financeiras não monetárias (que não criam moeda escritural), instituições financeiras auxiliares (somente intermediam operações entre poupadores e investidores) e instituições não financeiras, mas que participam do mercado financeiro.

O SFN é regulamentado, em grande parte, pela Lei de Reforma Bancária (Lei nº4695, de 1964). Nesta lei, consideram-se instituições financeiras “as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira e a custódia de valor de propriedade de terceiros”. As instituições financeiras são aquelas que captam recursos diretamente do público, emitem passivos e realizam financiamentos. As instituições auxiliares não financeiras são aquelas que promovem a aproximação entre poupadores e investidores, porém, não realiza operações entre eles (Gomes, 2005).

A estrutura do SFN tem um subsistema normativo que estabelece regras de funcionamento e de operações do sistema, constituído por:

- **Conselho Monetário Nacional (CMN):** responsável pela fixação de diretrizes da política monetária, creditícia e cambial. Ele conta com sete comissões consultivas (normas e organização do sistema financeiro, mercado de valores

mobiliários e futuros, crédito rural, crédito industrial, endividamento público, política monetária e cambial e processos administrativos).

- **Banco Central do Brasil (Bacen):** é o órgão executivo central do sistema financeiro. Ele emite papel moeda e executa todos os serviços relativos ao meio circulante. Além disso, recebe os empréstimos compulsórios dos bancos, realiza operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras, regula compensação de cheques, compra e vende títulos públicos federais, exerce o controle sobre o crédito e sobre os fluxos internacionais de capital, além de controlar e fiscalizar as atividades de instituições ligadas ao sistema financeiro.

- **Comissão de Valores Mobiliários (CVM):** é uma unidade autônoma e descentralizada, mas vinculada ao governo. Tem como objetivo assegurar: o funcionamento das bolsas de valores e fiscalizar a emissão de ações, debêntures e outros títulos privados nos mercados primário e secundário.

O outro componente do sistema financeiro, além do subsistema normativo, é o de intermediação, que executa os serviços de intermediação financeira na sociedade. É formado pelas instituições financeiras que se diferenciam em relação aos seus objetivos e, conseqüentemente, em relação ao público que pretendem atingir e em relação às formas de captação de recursos e atividades permitidas.

Segundo o Banco Central do Brasil, os componentes deste subsistema são:

Bancos Comerciais	São instituições financeiras cujo objetivo principal é o financiamento da atividade econômica no curto e médio prazo. Eles podem captar recursos por meio de depósitos à vista (conta corrente sua principal atividade) e por meio de depósitos a prazo (CDB e RDB), além de realizarem operações de crédito, repasses de recursos e prestação de serviços.
Caixas Econômicas	Estão ligadas ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos e ao Sistema Financeiro de Habitação. A principal atividade é a captação de depósitos em caderneta de poupança, além da concessão de crédito ao consumidor e empréstimos sob penhor. A Caixa Econômica Federal também executa o recolhimento e aplicação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Bancos de Investimento	São Bancos que têm como objetivo financiar o setor produtivo, principalmente o setor privado, no que tange ao capital fixo e de giro, no médio e longo prazo. Estes bancos não podem captar recursos por meio de depósitos à vista (conta corrente). Sua captação de recursos ocorre por meio da emissão de CDB e RDB, captação e repasse de recursos de origem interna e externa e por meio da venda de cotas de fundos de investimentos.

Quadro 1- Instituições Financeiras (Continua)
Fonte: (BRASIL, Resolução n. 4.553, de 30 de jan. de 2017)

Bancos de Desenvolvimento	São bancos oficiais, como o BNDES ou o Banco da Amazônia, que tem como objetivo financiar a atividade produtiva no médio e no longo prazo. Estes bancos atuam principalmente por meio de repasses de recursos oficiais.
Sociedades de Crédito, Financ. E Invest. (financeiras)	O objetivo destas instituições é financiar bens de consumo duráveis por meio de crediário. A única forma delas captarem recursos é por meio da emissão de letras de câmbio.
Cooperativas de Crédito	Devem adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços. São autorizadas cooperativas de economia e crédito mútuo e cooperativas de crédito rural. As cooperativas de crédito concedem crédito para seus cooperados, podendo captar recursos de seus associados por meio de depósitos à vista e a prazo.
Bancos Cooperativos	É banco comercial com participação exclusiva de cooperativas de crédito singulares e centrais, bem como de federações e confederações de cooperativas de crédito. Deve ser constituído sob a forma de sociedades anônima fechada. Tem sua atuação restrita às Unidades da Federação em que estão situadas as sedes das pessoas jurídicas controladoras.
Sociedades Corretoras	São instituições do mercado acionário que transacionam valores mobiliários, como ações, títulos e ouro. Elas podem operar fundos de investimento, operam no mercado aberto e também intermediam operações de câmbio.
Sociedades de Arrendamento Mercantil (Leasing)	Elas realizam operações de leasing, ou seja, elas alugam um determinado bem, tendo o cliente a opção de compra ao final do contrato.
Associações de Poupança e Empréstimo	São sociedades civis, com restrição de funcionamento a uma determinada região e cuja propriedade é dos seus associados. Elas atuam junto ao sistema imobiliário e a sua atividade passiva é a caderneta de poupança.
Sociedades de Crédito Imobiliário	Elas podem captar depósitos a prazo, por meio de letras imobiliárias, podendo estabelecer convênios com bancos para operarem como agentes do Sistema Financeiro da Habitação. A captação de recursos é realizada por meio da colocação de letras imobiliárias, depósitos a prazo e repasses da Caixa Econômica Federal.

Quadro 1- Instituições Financeiras (Continuação)

Fonte: (BRASIL, Resolução n. 4.553, de 30 de jan. de 2017)

2.2 SISTEMA FINANCEIRO E AGENTES

2.2.1 Instituição Financeira:

As instituições financeiras públicas ou privadas compreendem o conjunto de organizações operadoras do Sistema Financeiro Nacional e, conforme Fortuna (1997 p.13-30), estão classificadas nos seguintes grupos:

2.2.2 Instituição de Crédito de Curto Prazo:

Estas instituições, independentemente de serem constituídas com capital público ou privado, apresentam em comum a condição de serem autorizadas a captar recursos da população sob a forma de depósitos a vista, cabendo, a cada uma, as seguintes e principais atribuições:

a) Bancos Comerciais

- descontar títulos;
- realizar operações de abertura de crédito, simples ou em conta corrente;
- realizar operações especiais, inclusive de crédito rural, câmbio e comércio-internacional;
- captar depósitos à vista e à prazo fixo;
- atuar como agente financeiro para repasse de recursos de programas especiais;
- realizar operações com instituições financeiras externas, objetivando obter recursos para repasse em financiamentos internos;
- administrar fundos de investimento financeiro;
- prestar serviços financeiros.

b) Caixa Econômica Federal

- Captar depósito a vista;
- Captar recursos sob forma de caderneta de poupança;
- Efetuar a prestação de serviços;
- Operar crédito direto ao consumidor;
- Financiar bens de consumo durável;
- Empréstimo, sob garantia de penhor e caução, mantendo o monopólio das operações de empréstimos mediante penhor de bens pessoais e/ou consignação;
- Recolhimento e administração dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Venda de bilhetes de loterias federais e administração dos recursos arrecadados.
- Financiamento imobiliário;

- Agente financeiro do governo federal na administração de recursos dos programas habitacionais e sociais;

- Como integrante do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do Sistema Financeiro da Habitação, conforme define Cavalcanti (2001, p.33), é uma instituição de cunho social encarregadas da concessão de empréstimos e financiamentos às áreas sociais, saúde, saneamento, habitacional para pessoas de baixa renda, transporte urbano, dentre outras.

c) Cooperativas de Crédito

- Captar recursos, sob a forma de depósitos a vista e à prazo, exclusivamente de associados;

- Captar recursos de outras instituições financeiras para repasse aos associados;

- Descontar títulos emitidos pelos associados;

- Financiar as atividades dos associados mediante contrato de abertura de crédito;

- Efetuar a prestação de serviços bancários aos associados.

As Cooperativas de Crédito, cujo funcionamento está regulado na Resolução 2771/00 do Banco Central, não participam diretamente do serviço de compensação de cheques e outros papéis, dependendo de outra instituição participante para integrar o sistema de pagamentos.

d) Bancos Cooperativos

- Atuar em todas as atividades permitidas aos bancos comerciais;

- Atuar como instrumento das Cooperativas de Crédito, integrando-as aos mercados financeiros e de capitais;

- Financiar, através das Cooperativas de Crédito Rural, atividades agropecuárias, com linhas de crédito rural, utilizando recursos próprios, com taxas equalizadas pelo Tesouro Nacional.

É notório que a autorização para constituição dos Bancos Cooperativos, muito mais que aumentar o espectro de operações das Cooperativas de Crédito, lhes proporcionou liberdade para atuar no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, sem depender de instituição concorrente para acessá-lo.

2.2.3 Instituições de Crédito de Médio e Longo Prazo

Segundo Fortuna (1997, p. 22), os bancos de investimento, ou carteiras de investimento de bancos múltiplos e os bancos de desenvolvimento, compõem o conjunto de instituições do gênero. Estas instituições objetivam, preponderantemente, canalizar recursos de médio e longo prazo para o financiamento de capital fixo das empresas. Priorizam a administração de Fundos de Investimentos Financeiro e o fortalecimento do capital das empresas, através de operações estruturadas que possam contribuir com a modernização operacional e, conseqüente, aumento da produtividade e competitividade das mesmas. São Instituições especializadas na avaliação de investimentos empresariais e na reestruturação de empresas. Suas fontes de recursos repousam sobre o capital próprio, a compra e venda de ações e debêntures aos Fundos de Investimento e os repasses de operações entre instituições financeiras nacionais e internacionais.

Segundo determinação do Banco Central, as principais operações ativas destes bancos são:

- Empréstimos com prazo mínimo de um ano para o financiamento de capital fixo;
- Empréstimo a prazo mínimo de um ano para o financiamento de capital de giro;
- Aquisição de ações, obrigações ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais;
- Repasse de empréstimos obtidos no exterior;
- Prestação de garantia de empréstimo no país ou provenientes do exterior.

Em síntese, os Bancos de Investimento estão a serviço da estruturação patrimonial, especialmente das empresas privadas, estruturando-as para que suas operações sejam competitivas nos mercados em que atuam.

2.2.4 Instituições de Crédito para o Financiamento de bens de consumo duráveis

Além da Caixa Econômica Federal, atuam no financiamento de bens de consumo duráveis, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, as quais atendem os consumidores através do conhecido “crediário”.

A fonte de recursos dessas instituições é a colocação, no mercado, de Letras de Câmbio de sua própria emissão, pois, não lhes é permitido operar com captação de depósitos.

O financiamento direto ao consumidor apresenta ponderação de risco elevada, razão pela qual o limite de alavancagem dessas instituições é inferior ao das demais, especialmente dos bancos comerciais.

2.3 COOPERATIVAS

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados, os quais são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços.

Conforme Walmor Franke (1973, p.11), é essencial no conceito de cooperativa, que ela promova a defesa e a melhoria da situação econômica dos cooperados, quer obtendo para eles os mais baixos custos nos bens e serviços que necessitam, quer colocando, no mercado, a preços justos os bens e serviços que produzem.

Diante do incontestável objetivo geral das sociedades cooperativas, o legislador constitucional brasileiro, quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, assegurou, em diversos dispositivos o direito à sociedade de se organizar em sociedades cooperativas, cabendo ao Estado apoiá-las e incentivá-las.

Analisando o conteúdo constitucional antes referido, Meinen (2002, p.12), aponta a sociedade cooperativa como entidade pautada por valores apolíticos e não segregacionistas que se amolda aos diferentes regimes de governo e formas de Estado. Afirma o autor, que as sociedades cooperativas respeitam as diretrizes

básicas do capitalismo, pois, atuam no mercado competitivo das demais espécies de sociedades ao tempo em que objetivam agregar renda às atividades dos cooperados.

Além destes, existem ainda os bancos múltiplos, que são os bancos que possuem, no mínimo, duas carteiras (comercial, investimento, crédito imobiliário, de aceite ou financiamento, de desenvolvimento ou de leasing). Pelo menos uma das carteiras deve ser comercial ou de investimento.

2.4 A OSCILAÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA

Em decorrência de crises internas e externas que atingiram o Brasil durante os três últimos governos, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, lidera o ranking de países com maiores taxas reais do mundo, chegando a atingir 45%, para conter a inflação (Vilella, 2016).

Anos depois, com a intenção de estimular o crédito e fomentar os investimentos para reaquecer a economia, o governo Dilma determinou a baixa das taxas, o que para alguns especialistas, foi artificial, pois seguiu o mesmo movimento iniciado no final do primeiro mandato de Lula, e elas chegaram a 7,25% ao ano entre outubro de 2012 e março de 2013, atingindo seu menor patamar histórico. Porém, até 2016, com a piora do cenário interno e o aumento da inflação, esses valores só aumentaram e a Selic foi alçada ao nível de 14,25% e, mesmo com o corte de juros em quatro anos, de 0,25 ponto percentual (para 14%), anunciado pelo BC em 19 de outubro de 2016, a taxa brasileira se mantinha no topo do ranking internacional.

Segundo economistas, o ritmo de afrouxamento da política monetária no país dependerá, além do comportamento da inflação, agora abaixo de 5% no acumulado de 12 meses, especialmente, do ajuste fiscal proposto pelo governo Temer, bem como, das reformas propostas por ele, incluindo a da Previdência. Entendendo-se que a Selic é a média das taxas de juros praticadas nos empréstimos entre os bancos e parte dos juros da dívida do governo é fixada com base nessa taxa (Vilella, 2016).

Portanto, a Selic é um dos principais meios para conter a alta dos preços no país, permitindo ao BC alcançar a meta de inflação fixada para o ano. Quanto maior o juro, mais caros os financiamentos e por isso os consumidores compram menos (Oswald, 2012).

Sabe-se que desde 1996, os juros eram estabelecidos por um sistema de bandas, que tinha como piso a Taxa Básica do Banco Central (TBC), enquanto o teto era fixado pela Taxa de Assistência Bancária (Tban). Porém, em 4 de março de 1999, Armínio Fraga, assumiu o BC e acabou com o antigo sistema e criou a Taxa Selic, elevando os juros de uma só vez de 39% ao ano para 45%, o maior nível da série histórica e introduziu o viés da taxa que passou a indicar uma trajetória de elevação ou redução dos juros, anunciados a cada cinco semanas, com o objetivo de segurar a inflação após a maxidesvalorização do real, ocorrida em janeiro daquele ano e pretendia evitar uma fuga de dólares do país e atrair capitais externos, de olho na remuneração das taxas elevadas. A nomeação de Armínio fez o dólar recuar de R\$ 1,91 para R\$ 1,75 (Vilella, 2016).

Contudo, em outubro de 1997, quando estourou a crise dos Tigres Asiáticos e a Bolsa de Valores de Hong Kong despencou, os juros médios eram de 19,90%. Após um longo período de crescimento que começou nos anos 60, os países do Sudeste da Ásia enfrentaram fortes turbulências e movimentos especulativos contra as suas moedas e o motivo da crise eram o câmbio controlado, o déficit em conta corrente (comercial e de serviços) e as empresas endividadas em dólar. Sem falar nos bancos com créditos podres e nas "bolhas" imobiliárias, o que provocou fuga de capitais externos, em meio a uma competição maior das exportações dos Tigres Asiáticos com as da China, que começava a ter maior presença no mercado ajudada por salários baixos. Em consequência, os juros, no Brasil, atingiram 45,84% já em novembro. Contudo, caíram sucessivamente e voltaram a 19,23% em agosto de 1998. Quando parecia que as coisas caminhavam para uma estabilização, mais uma crise externa estoura, atingindo o Brasil em cheio e fazendo os juros dispararem novamente (Julião, 2016).

Em 17 de agosto de 1998, a Rússia sentiu grande impacto com redução do crédito no mercado internacional e pediu moratória de sua dívida externa, o que causou grave crise financeira internacional e afetou o fluxo de capitais para países emergentes. Em decorrência disso, para defender o real, o BC, sob o comando de Gustavo Franco, passou a apontar a taxa de juros mediante intervenções diárias no mercado, fazendo com que, em outubro daquele ano, ela atingisse 41,60%. E, no mês seguinte, o Brasil fechou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para receber uma ajuda de US\$ 42 bilhões, levando o BC a baixar os juros novamente até janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso iniciava seu segundo mandato,

com taxas de 29,5% ao ano. Contudo, neste mês, o governo decidiu abandonar uma política de defesa do real, que custava R\$ 1,20 frente ao dólar e a moeda sofreu forte desvalorização, fazendo os juros voltarem a subir até atingirem o pico de 45% ao ano com a posse de Armínio Fraga no BC. Essa taxa, entretanto, só vigorou por 20 dias (Vilella, 2016).

Após a criação da Selic, as taxas tiveram fortes quedas que surpreenderam o mercado financeiro, chegando a 19% em setembro de 1999, patamar que se manteve até março do ano seguinte. Com a melhora no cenário externo e nos resultados da inflação derrubaram a taxa novamente até 15,25%, em fevereiro de 2001, o menor valor do governo FH, que teve Pedro Malan como ministro da Fazenda durante seus dois mandatos.

Quando Lula assumiu a presidência, em 2003, os juros estavam em 25% e a inflação tinha fechado o ano anterior na faixa de dois dígitos. Antônio Palocci assumiu o Ministério da Fazenda e adotou um forte ajuste fiscal para estabilizar a economia e, em abril de 2004, os juros atingiram 16% e se mantiveram nesse nível até setembro daquele ano, quando voltaram a subir, porque os Estados Unidos aumentaram sua taxa básica de juros, gerando instabilidade internacional e o BC retomou as elevações até junho de 2005, para evitar uma pressão sobre a inflação. Naquele ano, a economia no país tinha atingido um momento de maior estabilidade com a quitação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Julião, 2016).

Em 2008, houve nova crise global, que gerou a quebra dos bancos americanos e europeus por causa da crise do crédito imobiliário e das hipotecas de alto risco (*subprime*) nos EUA e o Brasil decidiu aumentar seus gastos públicos adotando as chamadas políticas anticíclicas. Em outubro daquele ano, o país tinha reservas cambiais consideradas elevadas, acima dos US\$ 200 bilhões. A decisão do BC foi de reduzir a taxa para estimular a atividade econômica, barateando o crédito e aumentando o consumo, estimulado também por juros mais baixos dos bancos públicos (Vilella, 2016).

O último ano do governo Lula fechou com a Taxa Selic em 8,75% até o início de 2010, quando voltou a subir para conter a inflação, em uma escalada que só acabou em julho de 2011, já no governo Dilma. A partir de então, ela começou a diminuir, chegando aos 7,25%, atingidos em 10 de outubro de 2012, reconhecido como o menor nível histórico, o que levou o Brasil ao quarto lugar, no ranking mundial dos países com o maior juro real, de 1,7% ao ano. Em abril de 2013 teve início o

último movimento de alta da Selic, colocando novamente o Brasil no topo do ranking de países com maior taxa real do planeta, novamente com o objetivo de conter a inflação do país. Contudo, as altas em parte surtiram efeito e, em 2014, o país fechou o ano com inflação de 6,41%, quase no teto da meta estabelecida pelo governo (de 4,5%, podendo oscilar até 6,5%), mas a crise econômica retornou e o ano seguinte foi marcado pelo descontrole da inflação, que fechou em 10,67%. A escalada da Taxa Selic se manteve até 28 de julho de 2015, quando foi fixada em 14,25% e se manteve assim nas nove reuniões seguidas. Nesse período, o Senado aprovou o processo de impeachment de Dilma, em 12 de maio de 2016, afastando-a da Presidência. Temer assumiu como interino e também trocou o comando do BC, substituindo Tombini por Ilan Goldfajn (Oswald, 2012).

Em 31 de agosto, com a aprovação do impeachment, Temer tornou-se presidente definitivo e, neste mesmo dia, o BC decidiu manter a taxa no mesmo patamar pela última vez, antes de baixá-la em 0,25 ponto percentual na reunião realizada em 19 de outubro. No segundo semestre de 2016, houve nova recessão econômica e, em 25 de outubro, o Copom reduziu a Selic em 0,75 ponto percentual, ficando em 7,5% ao ano e, em 6 de dezembro, a taxa chegou a seu menor nível histórico: 7% ao ano (Vilella, 2016).

2.5 REDUÇÃO DA SELIC E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA

Selic é a sigla para Sistema Especial de Liquidação e Custódia, criado em 1979 pelo Banco Central e pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) para tornar mais transparente e segura a negociação de títulos públicos. É um sistema eletrônico que permite a atualização diária das posições das instituições financeiras, assegurando maior controle sobre as reservas bancárias. Hoje, a Selic identifica também a taxa de juros que reflete a média de remuneração dos títulos federais negociados com os bancos e é considerada a taxa básica porque é usada em operações entre bancos e, por isso, tem influência sobre os juros de toda a economia do país. Como Instrumento usado para combater a inflação, a taxa Selic é decidida em reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central e é uma ferramenta apontada por economistas como importante para o combate à inflação, pois a taxa Selic caiu de 10,25% para 9,25%, atingindo um dígito pela primeira vez, desde agosto de 2013 (Frazão, 2015).

A taxa básica de juros é decidida em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), formado pela diretoria do Banco Central. O juro é o preço do dinheiro aplicado ou emprestado (Oswald, 2012).

Contudo, há uma taxa específica que serve de referência para todos os contratos e todos os bancos: é a Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), quando ela sobe, o acesso ao crédito pela população fica mais difícil, resultando em diminuição do consumo. Se a taxa cai, ocorre o processo inverso.

Ela constitui principal ferramenta do Banco Central para controlar os preços e a inflação. A taxa Selic afeta a atividade econômica, pois com o aumento da taxa Selic eleva a atratividade das aplicações em títulos da dívida pública e a tendência é que os investidores coloquem recursos em empréstimos para o governo federal, uma vez que o retorno passa a ser mais alto. Contudo, quando ocorre o inverso, os investimentos no setor produtivo passam a ser mais viáveis, o que beneficia a economia durante períodos de economia fraca.

Portanto, é importante controlar a inflação para evitar um cenário de inflação alta, que corrói salários, aumenta a desigualdade e afeta a estabilidade econômica. Portanto, ao respeitar a meta de inflação, hoje em 4,5%, o governo dá mais segurança às famílias, às empresas e aos investidores de que está comprometido com a estabilidade e os rumos da economia, provocando mais otimismo e expectativa à população (Brasil, 2017).

2.6 AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA CAPTAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO

2.6.1 Desconto de Duplicatas

Operações em que uma instituição financeira adianta recursos ao cliente, referentes a valores de duplicatas geradas de vendas mercantis, recebendo como garantia tais duplicatas. É uma operação que permite ao cliente uma antecipação de seu fluxo de caixa, uma vez que pode receber adiantado o resultado de suas vendas a prazo. (CENTA, 2007).

Na data do vencimento, caso a duplicata não seja paga, o cedente assume a responsabilidade pelo pagamento, incluído multa e/ou juros sobre mora pelo atraso.

O Desconto de duplicatas é feito sobre títulos com prazo máximo de 60 dias e prazo médio de 30 dias. Os encargos, normalmente, são cobrados antecipadamente.

Apesar do nome – “duplicata” -, sua função econômica é clara: serve para munir o comerciante de um título líquido e certo, facilmente negociável e que lhe permite tornar recursos líquidos antecipadamente.

O comerciante ou empresário, nesta modalidade de crédito, antecipa os recursos de que só disporia no futuro. Seja para reforçar o caixa, seja para arcar com despesas de investimentos, o desconto de duplicatas – que compõe 12,5% de todo o crédito concedido à pessoa jurídica – é hoje materializado por meio da custódia eletrônica de título e recebíveis (SCHRICKEL, 2000).

A duplicata é um título de criação genuinamente brasileira, com características próprias, e que hoje está quase que exclusivamente registrado de forma eletrônica. A peculiaridade e a importância desta espécie cambial no Brasil são tão significativas que Ascarelli chegou a chamá-la de “título príncipe do direito brasileiro”.

2.6.2 Hot Money

Trata-se de um modelo de crédito rotativo, mas que se caracteriza por ser um repasse de recursos captados por um banco público ou privado no exterior, de acordo com a Resolução nº 2.770, de 30 de agosto de 2000, criada pelo Banco Central do Brasil, destinada aos clientes, pessoas jurídicas, sediados no país, para financiamento de capital de giro e/ou de ativo fixo. Sua principal característica consiste no curtíssimo prazo de seu vencimento, muitas vezes poucos dias, daí a expressão “dinheiro quente”. Por muitas vezes o Hot Money foi realizado como operação isenta de IOF – imposto sobre operações financeiras, e em outras não era necessária a comprovação do destino dos recursos (SCHRICKEL, 2000).

O artigo 6º da resolução acima mencionada é o que melhor define a operação de repasse, que, como se afirmou, no caso do Hot Money tem prazos reduzidos de vencimentos:

Art. 6º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por operação de repasse a concessão de crédito vinculada à captação externa original na qual a instituição repassadora transfere à repassatária, pessoa física ou jurídica no País, idênticas condições de custo da dívida originalmente contratada em moeda estrangeira (principal, juros e encargos acessórios), assim como a tributação aplicável, não podendo ser cobrado,

pelos serviços de intermediação financeira, qualquer outro ônus, a qualquer título, além de comissão de repasse. Parágrafo único. Nas operações de que trata o "caput", a instituição financeira deve repassar ao tomador final dos recursos os efeitos decorrentes da variação cambial da dívida originalmente contraída no exterior. (BRASIL, Resolução n. 2770, de 30 de ago. de 2000, 2000)

Na modalidade do Hot Money, os recursos externos podem ser captados por diversas formas, de maneira direta ou por meio de colocação de títulos, ou indireta, quando outras instituições financeiras internacionais emprestam diretamente. Em geral, as condições financeiras e de prazo da operação são definidas no pedido de registro de entrada do capital estrangeiro e o vencimento é sempre de curto prazo. O prazo explica o baixo uso desta modalidade, além do fato de ser, por definição, um crédito internacional e não doméstico.

Finalmente, os pagamentos do Hot Money devem ser feitos em moeda nacional, tanto os referentes às parcelas do principal como os de juros e outros encargos de operações de empréstimo externo. Cabe ressaltar que a observância da legislação fiscal e de sua regulamentação, a origem dos recursos e a concessão do empréstimo são de total responsabilidade do banco repassador.

Essa operação é caracterizada por um empréstimo de curtíssimo prazo, normalmente de 1 a 10 dias, que empresas tomam para suprir necessidades imediatas de recursos. A taxa de juros fica bem próxima do CDI no dia da operação, sendo acrescida do custo do PIS (0,75%), que é calculado sobre o valor da operação, como componente do preço do produto. A transferência de recursos ao cliente exige como garantia uma nota promissória ou duplicatas. Para os clientes, o banco pode já possuir a guarda de uma nota promissória previamente assinada e avalizada, criando-se um contrato fixo de hot Money, evitando assim, a demora com o tramite de papéis. As formas de pagamentos podem ser: juros antecipados e principal no final ou juros e principal no final (CENTA, 2007).

2.6.3 Capital de giro

O Capital giro, também conhecido como crédito rotativo, é a mais popular linha de crédito para pessoas jurídicas. Por meio de sua contratação, atendem-se as necessidades de caixa da firma, destinadas a financiar o ciclo operacional e a honrar

os compromissos, tais como compra de matérias-primas e de mercadorias, pagamento a fornecedores, salários e encargos com pessoal, tributos, etc.

Silva (1996, p.319) destaca que: “O estudo do capital de giro é fundamental para o administrador financeiro e para os profissionais que atuam na área financeira de modo geral”.

Esta modalidade é útil por permitir o entendimento de como uma firma funciona, como ela gira, no sentido específico do termo. O giro de uma empresa nos é dado pela medida em que ela compra, se financia e vende num intervalo de tempo.

Kanczuk (2004), explica as diversas restrições que existem quanto ao capital de giro:

“As firmas alugam capital e contratam trabalho. Em contraste com os modelos mais usuais de ciclos reais, assumimos que as firmas também têm de permanecer, em cada período, com uma fração da produção, na forma de capital de giro. Essa restrição ocorre devido à falta de sincronismo entre as receitas e despesas e faz com que as firmas permaneçam com os recursos necessários para pagar parte dos salários e do aluguel do capital em caixa. Note que essa restrição é análoga a uma de *cash-in-advance*, mas ocorre no lado da produção.”

O capital de giro responde por quase um quarto do total de crédito concedido às pessoas jurídicas, porque ele realmente representa a disponibilidade do caixa ou o fluxo necessário para manter a firma operando.

Eis a explicação da importância do caixa e da necessidade de sua administração, que justificam o capital de giro, além dos três tipos de fluxos de caixa existentes, na classificação de Bowes (1998):

“Toda empresa tem como finalidade principal a permanente realização de lucros ou, em termos mais gerais, a maximização de valor. Em geral, elas possuem a capacidade de fornecer um produto ou serviço com uma potencialidade de fazer lucros muitas vezes mais elevados. Mas esse processo envolve algumas questões que complicam a realização dessa expectativa, como por exemplo que este processo leva um certo período de tempo para que os investimentos se tornem líquidos novamente.

(...)

Fluxos certos. Muitos fluxos de caixa são conhecidos antecipadamente e, portanto, não tem que ser estimados. Por exemplo, os pagamentos de impostos consolidados, juros a longo prazo, dividendos das ações preferenciais, etc., os quais são frequentemente estabelecidos antes da data de pagamento.

Fluxos previsíveis: Muitos fluxos não são certos, mas podem ser estimados com razoável previsão baseando-se em outra variável. Por exemplo, recibos de pagamentos de clientes regulares podem ser razoavelmente estimados dentro de períodos limitados.

Fluxos não previsíveis: Alguns fluxos de caixa podem permanecer incertos sem condições de uma previsão com sucesso. Por exemplo, um recebimento não previsto ou desembolsos maiores não planejados podem surgir sem aviso.”

Diante disso, percebe-se que todos os fluxos que não são certos ou previsíveis incorrem em determinado grau de desconhecimento e precisam ser financiados. O capital de giro, que também é uma modalidade de curto prazo, acaba servindo como uma ponte para a cobertura de tais fluxos.

São operações que visam a atender às necessidades de capital de giro das empresas, representadas por empréstimos vinculados a um contrato, no qual se estabelecem prazo, taxas, valores e as garantias exigidas. Permitem o alongamento dos prazos de pagamento (bem acima do prazo médio de 30 dias considerado no desconto de duplicatas), chegando a 90, 180 ou mais dias. As amortizações são estabelecidas de acordo com os interesses e as necessidades dos intervenientes. As garantias normalmente são representadas por duplicatas caucionadas numa proporção de 120% a 150% do valor do contrato.

Em função da garantia, as taxas de juros são diminuídas. Quando a garantia é representada por aval, hipoteca ou notas promissórias, a taxa de juros é mais elevada. Se houver garantia de duplicatas quando pagas, são creditadas numa conta-caução, e os valores podem ser total ou parcialmente resgatadas pelo cliente, desde que se faça a reposição de mais títulos e que haja aceitação do banco.

2.6.4 Conta garantida

A conta garantida – ou cheque especial – também é uma modalidade crescente do crédito para pessoa jurídica, representando cerca de 18% do total do concedido às firmas, em 2006.

É um contrato de abertura de crédito na modalidade rotativa, que são concedidos pelos bancos a seus clientes, após análise de crédito. Abre-se uma conta de crédito a favor do cliente, que pode ser pessoa física ou jurídica, destinando-se um limite que pode ser utilizado de forma automática por meio das diversas maneiras que atualmente existem de movimentar uma conta corrente (cheque, cartão magnético, transferência eletrônica, etc.).

A Instituição financeira libera recursos ao cliente de maneira automática, até o limite preestabelecido, quando não houver saldo disponível na conta corrente de movimentação. O cliente paga encargos e IOF sobre os recursos utilizados e pelo tempo que o utilizou. Algumas instituições trabalham com cheques pré-datados como garantia da operação, o cliente entrega os cheques ao banco e este vai realizando os depósitos de acordo com a data de apresentação negociada entre os clientes da empresa. Assim, os depósitos dos cheques vão abatendo o saldo devedor da conta garantida e o tomador só paga juros sobre o limite utilizado. (SCHRICKEL, 2000)

Trata-se, na verdade, de um meio de cobrir diariamente despesas imprevistas. No entanto, em razão da baixa oferta de crédito, da elevada rentabilidade obtida pelas instituições financeiras com o spread nesta modalidade, além do vencimento diário do limite, para muitas firmas a conta garantida se constitui na única via de crédito.

De acordo com Anderson Luis Polo, não surpreende, portanto, o crescimento da evolução dos volumes deste tipo de crédito, a despeito do elevado desconforto com a taxa de juros praticada.

2.6.5 Vendor

O vendor é uma modalidade de crédito que se fundamenta na disponibilidade de um limite global de crédito, para que as firmas tenham a opção de vender a prazo e receber à vista de seus clientes, utilizando recursos de um intermediário financeiro. Também é uma maneira de a empresa financiar seus compradores através da instituição financeira. Nessa operação, a empresa realiza a venda a prazo aos seus clientes e faz uma cessão de crédito a um banco, ou seja, vende a prazo e recebe à vista, transferindo o crédito à instituição financeira mediante uma determinada taxa de desconto, sendo que a empresa assume o risco de crédito de seus clientes (SCHRICKEL, 2000).

Normalmente, as taxas de juros praticadas neste produto, são menores que as taxas praticadas no financiamento direto. A empresa que realiza as vendas presta fiança como garantia de pagamentos dos financiamentos.

A grande vantagem para a empresa vendedora é que a base de cálculo para a cobrança de impostos (IPI, ICMS, PIS, Cofins), comissões e royalties, que incide sobre o valor da nota fiscal, é menor, uma vez que não há à inclusão de custos

financeiros. As operações podem ser prefixadas de 30 a 90 dias, pós-fixadas corrigidas pela TR de 120 a 360 dias, e acima de 360 dias corrigidas pelo IPC. Outra vantagem do modelo do vendedor é a redução da carga tributária incidente, pois, já que o faturamento é à vista, a base de incidência de imposto é menor, o que, muitas vezes, transforma o produto numa operação financeiramente vantajosa (CENTA, 2007).

Finalmente, o vendedor pode oferecer maior competitividade em face de suas melhores condições de preço, taxas e prazos aos compradores, sem comprometer o fluxo de caixa da firma nem aumentar o nível de endividamento. O crédito é concedido à empresa vendedora e não ao comprador, se bem que a análise de crédito se dá com base no crédito das partes.

Para o fornecedor, as vantagens também são evidentes, pois além de poder repassar a seus compradores a taxa cobrada pelo banco, com o vendedor se tem uma negociação melhor, com condições de preço, taxas e prazos mais competitivos e é, por essa razão, que seu crescimento tem se dado a taxas elevadas. O vendedor já representa, hoje, cerca de 9% do total do crédito concedido (SCHRICKEL, 2000).

2.6.6 Compro

É um limite de crédito para financiamento de bens e serviços adquiridos pela empresa, no qual o fornecedor recebe a visita e o tomador do empréstimo tem um prazo definido para pagar o banco. As vantagens para a empresa compradora são a possibilidade de maior desconto no pagamento à vista e dilatação do prazo de pagamento no fluxo de caixa (SCHRICKEL, 2000).

2.6.7 Adiantamento sobre Contratos de Câmbio e Adiantamento sobre o Contrato de Exportação ACC/ACE

O ACC – Adiantamento sobre Contratos de Câmbio destina-se às empresas exportadoras. A empresa recebe antecipadamente (parcial ou total) do banco, em moeda nacional, o valor equivalente aos valores em moeda estrangeira decorrentes da exportação. Essas operações são controladas pelo Banco Central, o qual registra as operações em seu sistema e compara as operações cadastradas e as exportações realizadas. É um produto que incentiva a exportação de produtos brasileiros e refere-

se à concessão do adiantamento pelo banco em até 180 dias antes do embarque da mercadoria (SCHRICKEL, 2000).

O ACE – Adiantamento sobre o Contrato de Exportação ou Adiantamento sobre Cambiais Entregues tem a mesma definição do ACC, exceto por ser utilizado quando a mercadoria já está pronta e embarcada, ou seja, já foi superada a fase de produção da empresa exportadora. Pode ser solicitado até 60 dias após o embarque.

2.6.8 Resolução 2770 Banco Central do Brasil

Esta operação leva o nome da resolução na qual o Banco Central a regulamentou. Trata-se de uma operação de empréstimo concedida no mercado interno que tem como fonte de recursos a captação de moeda estrangeira no mercado externo em seu próprio nome. Essa captação é realizada pelo lançamento de títulos no exterior. Pela captação dos dólares no mercado externo, a instituição disponibiliza os recursos aos clientes.

2.6.9 Lei nº 4.131, 3 de setembro de 1962, Planalto

Operação idêntica à Resolução 2770, em que os recursos são captados no mercado externo em nome de uma instituição jurídica não financeira, mas com a intermediação de uma instituição financeira.

2.6.10 Export note

São contratos de cessão de créditos de exportação. Nesta operação, o exportador fecha um contrato de exportação e transfere os direitos de venda a um investidor local, recebendo os reais equivalentes ao valor da operação em moeda estrangeira. Trata-se, portanto, de uma operação que permite ao exportador obter os recursos necessários à realização do contrato de exportação (SCHRICKEL, 2000).

2.6.11 Finame

São financiamentos realizados com recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), ligada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados unicamente à compra de máquinas e equipamentos de fabricação nacional. Já as Operações BNDES são empréstimos ou financiamentos com recursos do BNDES, dirigidos a projetos de investimentos fixos, mistos e de capital de giro (SCHRICKEL, 2000).

2.6.12 Desconto de notas Promissórias

O desconto de notas promissórias segue idêntico procedimento ao desconto de duplicatas, mas em razão de sua desmaterialização é um tipo de crédito que representa menos de 0,2% do total de créditos concedidos às pessoas jurídicas no Brasil (CENTA, 2007).

O conceito de nota promissória é relativamente conhecido e aceito como uma promessa de pagamento que o sacador, emitente ou subscritor faz em favor do beneficiário ou sacado. Seus requisitos essenciais estão consubstanciados na Lei Uniforme (Decreto nº 2044/08) e incluem o uso da expressão “nota promissória” no próprio texto do título, na redação da promessa incondicional de pagar quantia determinada, além do nome do beneficiário da promessa – logicamente, isso significa a impossibilidade do saque de nota promissória ao portador. São igualmente essenciais, segundo a Lei nº 6.268/75, Artigo 3º, a data do saque, o local de sua realização, ou a menção de um lugar ao lado do nome do subscritor, que se considera, também, o domicílio deste, além da assinatura do sacador e sua identificação (SCHRICKEL, 2000).

Se a nota promissória não especificar a data e o local do pagamento, tratar-se-á de título pagável à vista no local do saque ou naquele designado ao lado do nome do subscritor. O desconto de notas promissórias se dá, em geral, por meio de endosso do título de crédito ao banco e foi por essa razão que este título de crédito foi substituído por cédulas de crédito bancário, modalidade introduzida pela Lei nº 10.931/04.

2.6.13 Arrendamento mercantil e o *lease back*

Muitas firmas adquirem bens a fim de promover a implementação de suas atividades produtivas mediante o financiamento pela instituição financeira, sem dispor de recursos necessários para adquiri-los. São muitas as modalidades da aquisição de bens por pessoas jurídicas, porém as mais conhecidas são o arrendamento mercantil e o *lease back*.

No primeiro caso, o financiado não é o proprietário, mesmo que detenha a posse; já no segundo, a operação consiste de desmobilizar o seu ativo fixo, vendendo-o para uma instituição financeira, e em contrapartida receber capital de giro para realizar o pagamento em longo prazo. As duas grandes vantagens do arrendamento mercantil e do próprio *lease back* são o mais longo prazo da operação, assim como a possibilidade de contabilizar as contraprestações mensais como despesas, procedimento que reduz a base de cálculo do imposto a pagar (SCHRICKEL, 2000).

2.6.14 Microcrédito

O microcrédito não é em si uma linha de crédito no sentido de produto bancário, mas destinado à pequena e a média empresa no Brasil. E, por possuir um regramento específico, taxas de juros mais baixas, tem por objetivo “democratizar” o acesso ao crédito no país.

TOSCANO, 2002, um dos maiores especialistas no assunto, comenta os propósitos e as dificuldades pertinentes a esta modalidade:

“Possibilitar o acesso ao crédito, ao microcrédito mais especificamente, pode viabilizar pequenos empreendimentos individuais, mas nunca será suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento socioeconômico local: falta-lhe a necessária articulação com políticas públicas voltadas à promoção do resgate político de imensa parcela da população que vive na informalidade, excluídos, portanto, do mercado capitalista tradicional, quer como produtores, quer como trabalhadores e consumidores. Sob a ótica de promoção do desenvolvimento local, o microcrédito deve ter como finalidade fomentar a construção de cadeias produtivas voltadas à produção de bens – salários, atendendo parcela significativa da demanda local”.

Essa citação de Toscano resume as principais características do microcrédito, ele deve ser voltado à atividade empresarial, deve ser abrangente de modo a poder

atingir o desenvolvimento local e, ainda, ser destinado aos excluídos da economia formal. A experiência do microcrédito surgiu dos bancos sociais, implantados em países como Bangladesh, Indonésia, Peru e Bolívia, e visa atrair aqueles que não possuem garantias, mas receita e fluxo financeiro para desenvolver-se.

VALENTE, 2002, coordenadora da Central de Microcrédito do Banco do Nordeste (CrediAmigo), relata os aspectos observados na experiência brasileira do microcrédito a partir da experiência de sua instituição:

1. “O microcrédito pode ser um negócio viável, com grande alcance social.
2. A economia informal se desenvolve em todas as atividades, em especial nos setores de comércio, produção e serviços.
3. A maior concentração da atividade do microcrédito se encontra nos centros urbanos.
4. As organizações de microcrédito seguem o padrão de pequenas agências, localizadas próximas dos clientes, com estruturas diminutas que possibilitam a oferta de serviços rápidos.
5. Os primeiros empréstimos são de pequenos valores, aumentando gradualmente de acordo com a capacidade de pagamento.
6. Os prazos são relativamente curtos, adequados às atividades do tomador.
7. Não há mais de um crédito simultâneo para um mesmo cliente.
8. O empréstimo funciona como um crédito educativo para microempresários.
9. Quase sempre utiliza como garantia o aval solidário.
10. A inadimplência é rigorosamente controlada, não sendo possível a prorrogação ou rolagem de dívidas.
11. A pontualidade é alta, tanto por pressões morais como pela necessidade de ter continuidade de acesso ao crédito.
12. O custo financeiro deve cobrir os custos operacionais e de captação de recursos para dar sustentabilidade ao sistema.”

3 METODOLOGIA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho, que consiste em uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo procura apresentar informações sobre o Sistema Financeiro Nacional e descrever o mercado varejista, a partir da comparação de soluções financeiras para capital de giro e conta garantida, disponíveis no mercado, mais precisamente, em Instituições Públicas, Privadas e Cooperativas de Crédito, a fim de traçar um ranking das melhores opções oferecidas à população.

O presente trabalho é um estudo exploratório realizado em meados do mês de janeiro de 2018.

A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses (Cervo & Silva, 2006).

A pesquisa exploratória visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência (Gonçalves, 2014).

A elaboração deste trabalho aconteceu através de muita reflexão sobre o tema a ser explorado e, a partir da definição, realizou-se o estudo exploratório, elaborado através de coleta de dados bibliográficos, em várias fontes, pesquisa documental e também, através de pesquisa de campo, caracterizada por entrevistas presenciais.

Após as pesquisas partiu-se para a elaboração das planilhas de resultados com as maiores instituições financeiras brasileiras em termos de ativo e patrimônio líquido e tabelas com as linhas de crédito capital de giro e conta garantida mediante análise qualitativa de caráter dedutivo e redação do presente trabalho.

Importante esclarecer que além destas taxas ranqueadas, podem existir outras taxas menores, porém, em instituições de menor porte ou de menor acesso aos empresários, o que não cabe à presente pesquisa, visto que o presente trabalho

delimitou-se ao estudo das taxas nas maiores instituições públicas, privadas e cooperativas de crédito do cenário nacional.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica foi realizada através dos portais da internet: Google acadêmico; Portal de CAPES; Portal Scielo. Pesquisando-se por palavras-chaves: Instituições Públicas. Instituições Privadas. Cooperativas de Crédito. Gestão de Capital de Giro. Ainda, utilizou-se dos acervos bibliográficos disponíveis na biblioteca da UTFPR, Campus Pato Branco/PR e da biblioteca da Confederação Sicredi, sediada em Porto Alegre/RS.

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevista semiestruturada, realizada com o Sr. Anderson Luis Polo – Assessor de Negócios e Crédito Comercial e o Sr. André Alonso – Assessor de Negócios – Captação. Ambos funcionários da Cooperativa de Crédito Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, situada na Rua Itacolomi, nº 1721, Bairro Amadori, Pato Branco- PR. Inicialmente, partiu-se dos seguintes questionamentos aos gestores entrevistados: 1 – Quais as principais linhas de capital de giro para financiamentos de pequenas empresas? 2 – Como comparar as taxas, prazos e benefícios a fim de realizar um ranqueamento e obter as opções mais vantajosas? 3 – A forma de concessão dos limites concedidos às empresas passa ou não passa por comitê?

Posteriormente, foi tabulado em uma planilha excel, a amostra do estudo, contendo a coleta de dados e a análise dos dados referentes ao produto, mês, ano e taxa de cada instituição com o intuito de ranquear as principais linhas de crédito para captação de capital de giro para pequenas empresas, de acordo com as melhores e piores taxas de juros efetivas (algumas instituições cobram TAC ou outras taxas que elevam a taxa efetiva final).

4 COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS

Os quatro maiores bancos do país, que são, Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, detêm 78,6% das operações de crédito do país, conforme dados do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central, divulgado em junho de 2016. E, segundo o mesmo Relatório, essas quatro instituições também são responsáveis pela maior parte dos ativos bancários, ou seja, 72,98%, e também detêm 76,74% dos depósitos, em 2016 (Oliveira, 2017).

De acordo com a pesquisa, a taxa média de juros dos empréstimos aos clientes familiares, ficou em 62,3% ao ano e às empresas 24,4% ao ano. Sendo que os empréstimos com taxas mais altas para pessoas físicas são as do cheque especial (317,3% ao ano) e rotativo do cartão de crédito (média de 397,4% ao ano).

O mesmo Relatório do Banco Central mostra que há restrições às concessões de empréstimos pelos bancos no país, porém se observa “melhora prospectiva” na qualidade da carteira de crédito. Contudo, ainda há riscos relacionados ao crédito às empresas e nos bancos públicos (Oliveira, 2017).

A partir do primeiro semestre de 2017, observou-se, retomada nas implantações e solicitações de crédito das instituições financeiras, especialmente, no que concerne às operações com garantias”, mediante melhoria na capacidade de pagamento das pessoas jurídicas, a qual era condição estipulada pelo Banco Central.

Percebe-se que as Cooperativas de crédito já são o 6º maior banco do País. Contudo, ainda representam apenas 3% do sistema financeiro. E, as cooperativas, que tiveram origem no setor agrícola, como a Sicredi, que tem mais de 100 anos, agora se espalham por todos os setores. Vem crescendo em ritmo acelerado, 20% ao ano, acima dos 16% que foram registrados pelos grandes bancos ou dos 11% de avanço dos bancos médios, fazendo parte das quatro maiores instituições de crédito do país, devido às taxas de juros mais baixas e a isenção fiscal, segundo relato do chefe adjunto da área de cooperativas do Banco Central, Rodrigo Pereira Braz. Isso acontece, porque as cooperativas de crédito estão se aprimorando e oferecem toda a gama de serviços e produtos financeiros dos grandes bancos (Goulart, 2016).

Segundo dados do Banco Central, a expansão por todo o País já faz das cooperativas de crédito a segunda maior rede de agências do País, atrás apenas do Banco do Brasil. E, de acordo com estudo realizado pela consultoria alemã Roland

Berger, as cooperativas de crédito têm hoje potencial para se tornarem um antídoto à grande concentração bancária no País, que ficou ainda maior depois que o HSBC foi comprado pelo Bradesco, em 2015. Contudo, atualmente, o domínio que instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander têm do setor é considerado mais forte na comparação com o resto do mundo (Sicoob T. , 2016).

No entanto, a pesquisa mostra também, que embora a concorrência no mercado esteja favorável às grandes instituições, o presidente da Sicredi, Edson Nassar, diz que há muito espaço a ser ocupado pelas cooperativas, que têm 97% do mercado a conquistar, em referência à fatia de 3% das instituições no sistema financeiro. Outra cooperativa de crédito que vem expandindo é a Confesol, a qual tem convênio com o Banco do Brasil e a Rede 24 horas para que seus clientes possam efetuar saques em caixas eletrônicos (Goulart, 2016).

Constata-se que para ficarem cada vez mais comparáveis aos bancos, as cooperativas também oferecem investimentos. Sendo que a mais clássica é o RDC, uma espécie de depósito a prazo, remunerado, que ofereceu entre 10% e 12% de remuneração por ano, em média, salientando que os recursos para concessão dos financiamentos, hoje, vêm basicamente dos depósitos, do volume de capital próprio dos associados e de linhas repassadas por bancos, entre eles, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Portanto, quanto mais clientes conquistarem, mais as cooperativas vão conseguir ampliar sua capacidade de emprestar dinheiro, hoje, ainda limitada em função do volume de ativos (Corporativa, 2015).

4.1 BANCOS PÚBLICOS

Os principais bancos públicos do Brasil, são; Banco do Brasil S.A., fundado em 12 de outubro de 1808, o qual é uma das instituições mais conhecidas e valorizadas pelos brasileiros, que reconhecem no Banco do Brasil S.A. atributos como solidez, confiança, credibilidade, segurança e modernidade. O Banco do Brasil é uma companhia lucrativa alinhada a valores sociais. Por isso, seu diferencial pode ser conferido na estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Por meio da adoção de práticas economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas e a estratégia negocial DRS busca aperfeiçoar economias locais,

gerar trabalho e garantir renda de forma sustentável, inclusiva e participativa (Oliveira, 2017).

Em 2010, comemorou 202 anos e permaneceu como a maior instituição financeira da América Latina, somando R\$ 811,2 bilhões em ativos. Além disso, manteve sua liderança em diversos segmentos de mercado e fortaleceu seu apoio ao desenvolvimento do país, além de consolidar seu alto padrão em Governança Cooperativa. Visando manter suas posições de liderança em um país continental, o Banco do Brasil atua em todos os setores do mercado financeiro, desde o bancário, passando por cartões, administração de recursos de terceiros, seguros, previdência e capitalização, até o de mercado de capitais, com um amplo portfólio de produtos e serviços, procurando alinhá-los cada vez mais aos preceitos de responsabilidade socioambiental.

Com sede em Brasília (DF), o Banco do Brasil possui presença física em 23 países, sendo o banco brasileiro que conta com a maior rede própria de atendimento no exterior, a qual está apoiada em três setores: (i) a existência de comunidades de brasileiros; (ii) a internacionalização de companhias nacionais; e (iii) a expansão das relações comerciais do Brasil com o mundo (Rocha, 2017).

O segundo maior Banco Público é Caixa Econômica Federal, fundada no dia 12 de janeiro de 1861, quando Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Desde então, a Caixa caminha lado a lado com a trajetória do país, acompanhando seu crescimento e o de sua população. Em 1931, passou a realizar operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas; três anos depois, por determinação do governo federal, assumiu a exclusividade dos empréstimos sob penhor, o que extinguiu as casas de prego operadas por particulares. Também realizou a primeira hipoteca para a aquisição de imóveis da Caixa do Rio de Janeiro. Em 1986, incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assumiu definitivamente a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente, do saneamento básico e tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS, centralizando todas as contas e de outros fundos do Sistema Financeiro. A Caixa é uma empresa 100% pública, e que exerce um papel fundamental no desenvolvimento urbano e da justiça social do país, vez que prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, contribuindo significativamente para melhorar

a vida das pessoas, principalmente as de baixa renda.de Habitação (SFH) (Lima, 2006).

4.2 BANCOS PRIVADOS

Os principais Bancos privados no Brasil: Itaú, Bradesco e Santander

O Itaú é um banco com nove décadas de muita história. O primeiro nasceu mineiro de Poços de Caldas, no dia 27 de setembro de 1924, denominado Casa Moreira Salles, que em 1960, viria a se tornar Unibanco, e o segundo, denominado Banco Central de Crédito, passou a se chamar Itaú. Contudo, em 2008, se uniram, numa operação que representou uma das maiores fusões da história brasileira. Os aspectos convergentes entre as duas organizações são a busca pela satisfação dos clientes e o incentivo à cultura e à educação, preocupações que se materializaram no Instituto Moreira Salles, no Instituto Itaú Cultural e, na área social, na Fundação Itaú Social e no Instituto Unibanco (Bourroul, 2014).

O Bradesco nasceu em 1943, denominado "Banco de Marília, Cooperativa Regional de Crédito". No mesmo local foi utilizado o primeiro caixa-eletrônico, que hoje está em exposição no museu anexo a unidade da Unesp. A história da instituição foi pautada pela "determinação em oferecer serviços e produtos bancários a todos os cidadãos, em todo o território brasileiro". Com o crescimento das operações, a Matriz é transferida para o centro da capital paulista e as ações do banco começam a ser negociadas na Bolsa de Valores e em apenas oito anos de existência, o Bradesco assumiu a liderança entre os bancos privados no Brasil, com seguidos recordes de depósitos. Foi pioneiro em inovação, como talão de cheques, uso de computadores, cartões magnéticos, internet comercial, débito automático, etc (Bradesco, 2013).

O Santander, foi criado em 1857, na província da Cantábria, Espanha, considerado o maior banco da Zona do Euro e um dos maiores do mundo. Ele atua com foco no Banco Comercial, que representa a maior parte de suas receitas e está presente em dez mercados principais, na Europa e nas Américas. Atualmente, o Santander é o principal conglomerado financeiro na América Latina, com posições de destaque no Brasil, México, Argentina e Chile. Sua expansão se deu por meio de

aquisições e obtenção de sinergias e processos de integração de negócios bem-sucedidos.

O Grupo Santander entrou no mercado brasileiro em 1957, mediante acordo operacional com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. e, a partir dos anos 90 adotou estratégias de crescimento tanto por meio orgânico, como por aquisições, assumindo em 2008 o controle acionário indireto do Banco Real, tendo aprovada a incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A. das ações de emissão do Banco Real, passando o mesmo a ser uma subsidiária integral do Santander Brasil e, em 2009, tornou-se o terceiro maior banco privado do Brasil, em termos de ativos (Ramiro, 2012).

4.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As duas Cooperativas de crédito mais importantes, na atualidade, são Sicredi e Sicoob. Sicredi é uma instituição financeira cooperativa, com referência internacional, pelo modelo de atuação em sistema. São 117 cooperativas de crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento, com mais de 1565 agências. Sua estrutura conta ainda com 5 Centrais Regionais, acionistas da Sicredi Participações S.A., uma Confederação, uma Fundação e um Banco Cooperativo e suas empresas controladas. Todas essas entidades juntas, formam o Sicredi e adotam um padrão operacional único. A atuação em sistema permite ganhos de escala e aumenta o potencial das cooperativas de crédito para exercer a atividade em um mercado, no qual estão presentes grandes conglomerados financeiros.

A constituição da primeira cooperativa de crédito no Brasil ocorreu em 1902, no Rio Grande do Sul, no distrito de Nova Petrópolis. Foi a 1ª Cooperativa de crédito da América Latina, a SICREDI Pioneira RS, atualmente, uma das maiores do país e na época denominada “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”. A Sicredi é feita por pessoas e para pessoas e tem como diferencial um modelo de gestão que valoriza a participação (PR/SC/SP, 2017).

O Sicoob é o maior sistema financeiro cooperativo do país, com mais de 3,8 milhões de cooperados e 2,6 mil pontos de atendimento, distribuídos em todo Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos

de pagamento, dentre outros. Ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados. Os depósitos em cooperativas financeiras têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse fundo garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições. Atualmente, o valor limite dessa proteção é o mesmo em vigor para os depositantes dos bancos. O Sicoob se ocupa de atividades de apoio aos negócios das cooperativas, envolvendo TI, gestão de pessoas, marketing, normas, auditoria interna, gestão de risco operacional e controles internos, compras corporativas, entre outras. Cerca de 50% dos associados do Sicoob residem em municípios com menos de 50 mil habitantes (Sicoob C. , 2017).

Portanto, de acordo Salomão (2016), pode-se sintetizar as maiores Instituições Financeiras brasileiras em termos de ativo e patrimônio líquido.

	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Itaú Unibanco	Bradesco	Santander	Sicredi
Ativo Total em março de 2016	R\$ 1,443 trilhão	R\$ 1,242 trilhão	R\$ 1,204 trilhão	R\$ 924,557 bilhões	R\$ 676,006 bilhões	R\$ 31,662 bilhões
Ativo total em Dezembro de 2015	R\$ 1,438 trilhão	R\$ 1,203 trilhão	R\$ 1,285 trilhão	R\$ 905,117 bilhões	R\$ 681,735 bilhões	R\$ 31,499 bilhões
Patrimônio líquido em março de 2016	R\$ 73,959 bilhões	R\$ 26,868 bilhões	R\$ 111,716 bilhões	R\$ 94,067 bilhões	R\$ 60,12 bilhões	R\$ 1,218 bilhões
Lucro Líquido em março de 2016	R\$ 2,378 bilhões	R\$ 554,794 milhões	R\$ 4,463 bilhões	R\$ 4,128 bilhões	R\$ 1,226 bilhão	R\$ 18,232 milhões

Tabela 1 - Maiores Instituições Financeiras
Fonte: (Salomão, 2016)

Conforme apresentado na Tabela 1, a maior instituição financeira de acordo com o critério PL (Patrimônio Líquido) pertence ao Banco Itaú Unibanco. Por outro lado, o maior ativo pertence ao Banco do Brasil S.A.

4.4 RANQUEAMENTO DOS FINANCIAMENTOS PARA DE CAPITAL DE GIRO DE EMPRESAS DE ACORDO COM AS TAXAS DE JUROS

Taxas para a Conta Garantida pelas Instituições Financeiras são apresentadas na Tabela 2.

Ano/ Mês	Produto Classificaç ão Mercado	Taxa Sicredi (% a.m)	Taxa Mercado (% a.m)	Taxa Banco do Brasil (% a.m)	Taxa Bradesco (% a.m)	Taxa HSBC (% a.m)	Taxa Itaú (% a.m)	Taxa Santande r (% a.m)
2017 12	PJ - Conta garantida	1,72%	2,90%	2,56%	4,28%		3,42%	2,58%
2017 11	PJ - Conta garantida	1,71%	2,97%	2,63%	4,40%		3,50%	2,58%
2017 10	PJ - Conta garantida	1,96%	3,03%	2,64%	4,51%		3,55%	2,62%
2017 09	PJ - Conta garantida	1,88%	3,09%	2,80%	4,53%		3,63%	2,61%
2017 08	PJ - Conta garantida	2,00%	3,19%	2,88%	4,58%		3,70%	2,65%
2017 07	PJ - Conta garantida	1,98%	3,18%	2,92%	4,60%		3,67%	2,67%
2017 06	PJ - Conta garantida	2,06%	3,33%	2,93%	4,74%		3,69%	3,55%
2017 05	PJ - Conta garantida	2,13%	3,38%	3,03%	4,79%		3,62%	3,61%
2017 04	PJ - Conta garantida	1,99%	3,36%	3,01%	4,78%		3,67%	3,42%
2017 03	PJ - Conta garantida	2,26%	3,39%	3,12%	4,93%		3,65%	3,65%
2017 02	PJ - Conta garantida	2,26%	3,36%	3,08%	4,87%		3,64%	3,57%
2017 01	PJ - Conta garantida	2,32%	3,45%	3,21%	4,95%		3,61%	4,09%
2016 12	PJ - Conta garantida	2,36%	3,39%	3,17%	4,94%		3,58%	3,51%
2016 11	PJ - Conta garantida	2,39%	3,50%	3,26%	5,06%		3,72%	3,58%
2016 10	PJ - Conta garantida	2,43%	3,61%	3,29%	5,14%	2,96%	3,69%	3,60%
2016 09	PJ - Conta garantida	2,30%	3,48%	3,17%	5,19%	2,95%	3,71%	3,52%
2016 08	PJ - Conta garantida	2,60%	3,55%	3,01%	5,19%	2,96%	3,62%	3,60%
2016 07	PJ - Conta garantida	2,46%	3,57%	2,90%	5,23%	2,86%	3,62%	4,30%
2016 06	PJ - Conta garantida	2,43%	3,50%	2,90%	5,21%	2,87%	3,63%	3,55%
2016 05	PJ - Conta garantida	2,41%	3,52%	2,84%	5,29%	2,83%	3,64%	3,51%
2016 04	PJ - Conta garantida	2,37%	3,51%	2,81%	5,25%	2,80%	3,56%	3,71%
2016 03	PJ - Conta garantida	2,33%	3,48%	2,79%	5,23%	2,74%	3,60%	3,39%
2016 02	PJ - Conta garantida	2,29%	3,50%	2,82%	5,26%	2,74%	3,56%	3,43%
2016 01	PJ - Conta garantida	2,40%	3,51%	2,85%	5,27%	2,75%	3,48%	3,17%

Tabela 2 – Conta Garantida

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

Pode-se depreender da Tabela 2 que, se considerado o período anual de 2016, a taxa média para o produto conta garantida ranqueada com valor mais baixo dentre as instituições estudadas é:

- 1º - Sicredi – 2,40% a.m
- 2º - HSBC – 2,85% a.m
- 3º Banco do Brasil – 2,99% a.m

Considerando-se apenas o período anual de 2017, a taxa média:

- 1º- Sicredi – 2,02% a.m
- 2º - Banco do Brasil – 2,90% a.m
- 3º - Santander – 3,13% a.m

Ainda, se consideramos apenas o último mês de 2017, o ranking fica assim representado:

- 1º - Sicredi – 1,72% a.m
- 2º - Banco do Brasil – 2,56% a.m
- 3º - Santander – 2,58% a.m

Vale ressaltar que essa taxa é efetiva, ou seja, nela já estão inclusas tarifas como IOF, TAC, etc.

Para a linha de crédito específica para Capital de Giro, tem-se as seguintes taxas:

Ano/ Mês	Produto Classifica ção Mercado	Taxa Sicredi (% a.m)	Taxa Mercado (% a.m)	Taxa Banco do Brasil (% a.m)	Taxa Bradesc o (% a.m)	Taxa Caixa (% a.m)	Taxa Itaú (% a.m)	Taxa Santand er (% a.m)
2017 12	PJ - Capital de giro total	1,75%	1,38%	1,12%	1,74%	2,01%	1,76%	1,80%
2017 11	PJ - Capital de giro total	1,72%	1,47%	1,34%	1,94%	2,11%	1,74%	1,93%
2017 10	PJ - Capital de giro total	1,84%	1,51%	1,22%	1,99%	2,07%	1,67%	2,22%
2017 09	PJ - Capital de giro total	1,94%	1,51%	1,26%	2,08%	2,12%	1,87%	1,92%
2017 08	PJ - Capital de giro total	1,91%	1,57%	1,52%	2,03%	2,11%	1,88%	2,01%
2017 07	PJ - Capital de giro total	2,05%	1,62%	1,39%	2,03%	2,11%	1,98%	2,07%
2017 06	PJ - Capital de giro total	1,92%	1,58%	1,53%	2,19%	2,16%	1,94%	1,97%
2017 05	PJ - Capital de giro total	2,02%	1,69%	1,50%	2,18%	2,29%	1,94%	2,19%

Tabela 3 - Capital de Giro (Continua)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

2017 04	PJ - Capital de giro total	1,98%	1,67%	1,50%	2,15%	2,22%	1,91%	2,13%
2017 03	PJ - Capital de giro total	2,14%	1,68%	2,05%	2,22%	2,30%	2,07%	2,16%
2017 02	PJ - Capital de giro total	2,14%	1,79%	3,75%	2,29%	2,28%	2,06%	2,31%
2017 01	PJ - Capital de giro total	2,19%	1,84%	4,66%	2,23%	2,33%	2,20%	2,36%
2016 12	PJ - Capital de giro total	2,27%	1,79%	2,30%	2,22%	2,03%	2,15%	2,21%
2016 11	PJ - Capital de giro total	2,24%	1,88%	2,56%	2,34%	2,01%	2,20%	2,14%
2016 10	PJ - Capital de giro total	2,16%	1,90%	2,54%	2,28%	2,17%	2,21%	2,17%
2016 09	PJ - Capital de giro total	2,17%	1,90%	3,19%	2,40%	2,08%	2,47%	2,24%
2016 08	PJ - Capital de giro total	2,24%	1,98%	2,86%	2,46%	2,42%	2,57%	2,09%
2016 07	PJ - Capital de giro total	2,21%	1,98%	2,48%	2,37%	2,44%	2,49%	2,12%
2016 06	PJ - Capital de giro total	2,20%	2,01%	3,03%	2,44%	2,41%	2,54%	2,24%
2016 05	PJ - Capital de giro total	2,19%	1,98%	2,71%	2,41%	2,47%	2,44%	2,09%
2016 04	PJ - Capital de giro total	2,25%	2,02%	2,87%	2,47%	2,52%	2,45%	2,24%
2016 03	PJ - Capital de giro total	2,22%	2,09%	2,57%	2,51%	2,33%	2,66%	2,50%
2016 02	PJ - Capital de giro total	2,15%	2,16%	2,86%	2,54%	2,35%	2,78%	2,47%
2016 01	PJ - Capital de giro total	2,15%	2,20%	2,52%	2,50%	2,29%	2,75%	2,35%

Tabela 3 - Capital de Giro (Continuação)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

Tendo-se com referência o período de 2016, a taxa média apresentada pelo mercado, para o produto capital de giro, demonstrou-se mais baixa nas seguintes instituições:

- 1º- Sicredi – 2,20% a.m
- 2º - Caixa – 2,29% a.m
- 3º - HSBC – 2,35% a.m

Do mesmo modo, se analisarmos a média anual para o ano de 2017, chegaremos à conclusão de que, as taxas mais baixas foram praticadas pelas seguintes instituições:

- 1º - Banco do Brasil – 1,90% a.m

2º - Itaú – 1,92% a.m

3º - Sicredi – 1,97% a.m

Por fim, se analisarmos apenas a taxa média praticada no mercado no último mês de 2017, podemos constatar que:

1º - Banco do Brasil – 1,12% a.m

2º - Bradesco – 1,74% a.m

3º - Sicredi – 1,75% a.m

Os valores acima elencados tratam da taxa efetivamente paga ou recebida e representam valores capitalizados mensalmente.

Para a linha de crédito específica para Desconto de Duplicatas, verificou-se as seguintes taxas:

Ano/ Mês	Produto Classific ação Mercado	Taxa Sicredi (% a.m)	Taxa Mercad o (% a.m)	Tax a B. Bras il	Taxa Bradesc o (% a.m)	Taxa Caixa (% a.m)	Taxa HSBC (% a.m)	Taxa Itaú (% a.m)	Taxa Santand er (% a.m)
2017 12	PJ - Desconto de duplicatas	2,08%	1,38%	1,74 %	1,99%	3,43%		1,48%	1,52%
2017 11	PJ - Desconto de duplicatas	2,11%	1,55%	1,83 %	1,97%	3,46%		1,61%	1,58%
2017 10	PJ - Desconto de duplicatas	2,15%	1,68%	2,07 %	2,26%	3,46%		1,83%	1,72%
2017 09	PJ - Desconto de duplicatas	2,14%	1,59%	1,79 %	2,08%	3,47%		1,84%	1,73%
2017 08	PJ - Desconto de duplicatas	2,16%	1,80%	2,81 %	2,13%	3,47%		2,14%	1,90%
2017 07	PJ - Desconto de duplicatas	2,18%	1,97%	3,40 %	2,78%	3,46%		2,18%	1,94%
2017 06	PJ - Desconto de duplicatas	2,22%	1,82%	2,82 %	2,86%	3,46%		2,07%	1,96%
2017 05	PJ - Desconto de duplicatas	2,22%	2,09%	3,05 %	2,85%	3,40%		2,11%	1,98%
2017 04	PJ - Desconto de duplicatas	2,25%	2,13%	3,29 %	3,03%	3,39%		2,12%	1,99%
2017 03	PJ - Desconto de duplicatas	2,28%	2,19%	3,31 %	2,99%	3,39%		3,03%	2,00%

Tabela 4 – Desconto de Duplicatas (Continua)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

2017 02	PJ - Desconto de duplicatas	2,29%	2,30%	3,46 %	3,15%	3,39%		2,97%	2,03%
2017 01	PJ - Desconto de duplicatas	2,28%	2,58%	3,75 %	3,14%	3,35%		3,03%	2,63%
2016 12	PJ - Desconto de duplicatas	2,28%	2,30%	3,81 %	3,11%	3,23%		2,99%	2,67%
2016 11	PJ - Desconto de duplicatas	2,29%	2,53%	3,82 %	3,20%	3,17%		2,99%	2,61%
2016 10	PJ - Desconto de duplicatas	2,28%	2,56%	3,56 %	3,28%	3,18%	2,71%	2,96%	2,57%
2016 09	PJ - Desconto de duplicatas	2,29%	2,43%	2,99 %	3,31%	3,13%	2,76%	2,97%	2,65%
2016 08	PJ - Desconto de duplicatas	2,29%	2,70%	3,26 %	3,32%	3,09%	2,76%	2,91%	2,68%
2016 07	PJ - Desconto de duplicatas	2,29%	2,73%	3,09 %	3,30%	3,11%	2,83%	2,89%	2,70%
2016 06	PJ - Desconto de duplicatas	2,28%	2,55%	2,81 %	3,31%	3,09%	2,89%	2,92%	2,76%
2016 05	PJ - Desconto de duplicatas	2,27%	2,60%	2,83 %	3,36%	3,06%	2,80%	2,90%	2,75%
2016 04	PJ - Desconto de duplicatas	2,28%	2,73%	2,99 %	3,36%	3,04%	2,73%	2,92%	2,71%
2016 03	PJ - Desconto de duplicatas	2,29%	2,54%	2,67 %	3,24%	2,99%	2,74%	2,93%	2,69%
2016 02	PJ - Desconto de duplicatas	2,26%	2,75%	2,75 %	3,38%	2,87%	2,72%	2,95%	2,69%
2016 01	PJ - Desconto de duplicatas	2,25%	2,62%	2,44 %	3,28%	2,82%	2,77%	2,98%	2,65%

Tabela 4 - Desconto de Duplicatas (Continuação)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

Pode-se depreender da tabela 4 que, se considerado o período anual de 2016, a taxa média para o produto desconto de duplicatas, ranqueada com valor mais baixo dentre as instituições estudadas é:

1º - Sicredi – 2,28% a.m

2º - Santander – 2,68% a.m

3º - HSBC – 2,77% a.m

Considerando-se apenas o período anual de 2017, a taxa média é:

1º- Santander – 1,92% a.m

2º - Itaú e Sicredi – 2,20% a.m

3º - Bradesco – 2,60% a.m

Ainda, se considerar-se apenas o último mês de 2017, o ranking fica assim representado:

1º - Itaú – 1,48% a.m

2º - Santander – 1,52% a.m

3º - Banco do Brasil – 1,74% a.m

Os valores acima elencados tratam da taxa efetivamente paga ou recebida e representam valores capitalizados mensalmente.

Para a linha de crédito específica para Desconto de Cheques, observou-se as seguintes taxas:

Ano/ Mês	Produto Classificação Mercado	Taxa Sicredi (% a.m)	Taxa Mercado (% a.m)	Taxa B. do Brasil (% a.m)	Taxa Brades co (% a.m)	Taxa Caixa (% a.m)	Taxa HSBC (% a.m)	Taxa Itaú (% a.m)	Taxa Santander (% a.m)
2017 12	PJ - Descont o de cheques	2,08%	2,82%	2,90%	2,73%	3,27%		2,86 %	2,59%
2017 11	PJ - Descont o de cheques	2,13%	2,84%	2,87%	2,74%	3,32%		2,86 %	2,61%
2017 10	PJ - Descont o de cheques	2,15%	2,86%	2,85%	2,81%	3,32%		2,81 %	2,64%
2017 09	PJ - Descont o de cheques	2,18%	2,87%	2,89%	2,77%	3,34%		2,86 %	2,69%
2017 08	PJ - Descont o de cheques	2,20%	3,00%	3,37%	2,81%	3,31%		2,98 %	2,74%
2017 07	PJ - Descont o de cheques	2,21%	3,06%	3,68%	2,80%	3,33%		3,01 %	2,76%
2017 06	PJ - Descont o de cheques	2,25%	3,11%	3,52%	2,90%	3,33%		3,05 %	2,82%
2017 05	PJ - Descont o de cheques	2,26%	3,10%	3,57%	2,88%	3,32%		3,12 %	2,79%
2017 04	PJ - Descont o de cheques	2,29%	3,14%	3,48%	3,01%	3,31%		3,13 %	2,81%

Tabela 5 - Desconto de Cheques (Continua)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

2017 03	PJ - Descont o de cheques	2,33%	3,20%	3,73%	3,06%	3,34%		3,16 %	2,85%
2017 02	PJ - Descont o de cheques	2,34%	3,25%	3,68%	3,19%	3,33%		3,13 %	2,90%
2017 01	PJ - Descont o de cheques	2,35%	3,34%	3,91%	3,23%	3,31%		3,12 %	2,91%
2016 12	PJ - Descont o de cheques	2,34%	3,27%	3,95%	3,21%	3,19%		3,07 %	2,84%
2016 11	PJ - Descont o de cheques	2,36%	3,34%	3,99%	3,30%	3,21%		3,12 %	2,80%
2016 10	PJ - Descont o de cheques	2,36%	3,34%	3,76%	3,38%	3,21%	3,26%	3,12 %	2,82%
2016 09	PJ - Descont o de cheques	2,35%	3,29%	3,68%	3,30%	3,20%	3,15%	3,05 %	2,87%
2016 08	PJ - Descont o de cheques	2,37%	3,30%	3,65%	3,31%	3,24%	3,26%	3,12 %	2,90%
2016 07	PJ - Descont o de cheques	2,38%	3,28%	3,66%	3,29%	3,22%	3,24%	3,18 %	2,88%
2016 06	PJ - Descont o de cheques	2,38%	3,28%	3,61%	3,29%	3,20%	3,24%	3,18 %	2,90%
2016 05	PJ - Descont o de cheques	2,36%	3,23%	3,43%	3,30%	3,19%	3,17%	3,14 %	2,91%
2016 04	PJ - Descont o de cheques	2,36%	3,23%	3,36%	3,33%	3,19%	3,17%	3,23 %	2,87%
2016 03	PJ - Descont o de cheques	2,35%	3,20%	3,32%	3,28%	3,11%	3,24%	3,23 %	2,84%
2016 02	PJ - Descont o de cheques	2,34%	3,18%	3,25%	3,36%	3,00%	3,13%	3,23 %	2,86%
2016 01	PJ - Descont o de cheques	2,34%	3,17%	3,13%	3,32%	2,97%	3,19%	3,31 %	2,81%

Tabela 5- Desconto de Cheques

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

Tendo-se como referência o período de 2016, a taxa média apresentada pelo mercado, para o produto desconto de cheques, demonstrou-se mais baixa nas seguintes instituições:

1º- Sicredi – 2,36% a.m

2º - Santander – 2,86% a.m

3º - Caixa – 3,16% a.m

Do mesmo modo, se analisar-se a média anual para o ano de 2017, a conclusão é de que as taxas mais baixas foram praticadas pelas seguintes instituições:

1º - Sicredi – 2,23% a.m

2º - Santander – 2,76% a.m

3º - Bradesco – 2,91% a.m

Por fim, se analisar-se apenas a taxa média praticada no mercado, no último mês de 2017, pode-se constatar que as três melhores taxas são:

1º - Sicredi – 2,08% a.m

2º - Santander – 2,59% a.m

3º - Bradesco – 2,73% a.m

Os valores acima elencados tratam da taxa efetivamente paga ou recebida e representam valores capitalizados mensalmente.

Para a linha de crédito específica para Cheque especial, foram apresentadas as seguintes taxas:

Ano/ Mês	Produto Classifi cação Mercad o	Taxa Sicredi (% a.m)	Taxa Mercad o (% a.m)	Taxa Banco do Brasil (% a.m)	Taxa Brades co (% a.m)	Taxa Caixa (% a.m)	Taxa HSBC (% a.m)	Taxa Itaú (% a.m)	Taxa Santand er (% a.m)
2017 12	PF - Cheque especial	10,19 %	12,77%	12,52%	12,22%	12,39 %		12,70 %	14,73%
2017 11	PF - Cheque especial	9,85%	12,79%	12,44%	12,42%	12,48 %		12,58 %	14,70%
2017 10	PF - Cheque especial	9,82%	12,79%	12,43%	12,43%	12,45 %		12,56 %	14,79%
2017 09	PF - Cheque especial	9,99%	12,73%	12,45%	12,16%	12,44 %		12,59 %	14,77%
2017 08	PF - Cheque especial	9,82%	12,64%	12,09%	12,02%	12,47 %		12,64 %	14,74%
2017 07	PF - Cheque especial	9,79%	12,73%	12,12%	12,06%	12,50 %		12,68 %	15,02%
2017 06	PF - Cheque especial	9,78%	12,76%	12,10%	12,26%	12,19 %		12,75 %	15,06%
2017 05	PF - Cheque especial	9,81%	12,82%	12,13%	12,49%	12,25 %		12,76 %	15,06%

Tabela 6 - Cheque especial (Continua)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

2017 04	PF - Cheque especial	9,56%	12,89%	12,16%	12,63%	12,28 %		12,85 %	15,10%
2017 03	PF - Cheque especial	9,64%	12,88%	12,17%	12,60%	12,28 %		12,88 %	15,14%
2017 02	PF - Cheque especial	9,60%	12,86%	12,19%	12,48%	12,29 %		12,93 %	15,16%
2017 01	PF - Cheque especial	9,66%	12,89%	12,24%	12,40%	12,29 %		12,99 %	15,25%
2016 12	PF - Cheque especial	9,79%	12,89%	12,27%	12,47%	12,26 %		12,98 %	15,24%
2016 11	PF - Cheque especial	9,70%	12,94%	12,27%	12,59%	12,32 %		12,90 %	15,29%
2016 10	PF - Cheque especial	9,71%	12,89%	12,30%	12,52%	12,28 %	14,59 %	12,76 %	15,20%
2016 09	PF - Cheque especial	9,57%	12,81%	12,32%	12,06%	12,09 %	14,45 %	12,65 %	15,24%
2016 08	PF - Cheque especial	9,35%	12,73%	12,13%	11,94%	12,05 %	14,45 %	12,66 %	15,12%
2016 07	PF - Cheque especial	9,49%	12,67%	11,95%	11,80%	11,98 %	14,45 %	12,65 %	15,14%
2016 06	PF - Cheque especial	9,35%	12,61%	11,89%	11,78%	11,74 %	14,42 %	12,55 %	15,19%
2016 05	PF - Cheque especial	9,21%	12,51%	11,72%	11,70%	11,74 %	14,42 %	12,29 %	15,20%
2016 04	PF - Cheque especial	9,23%	12,45%	11,52%	11,71%	11,75 %	14,40 %	12,17 %	15,18%
2016 03	PF - Cheque especial	9,17%	12,26%	11,38%	11,72%	11,33 %	14,41 %	11,78 %	14,77%
2016 02	PF - Cheque especial	9,14%	12,10%	11,26%	11,58%	11,15 %	14,43 %	11,69 %	14,76%
2016 01	PF - Cheque especial	9,01%	12,06%	11,19%	11,42%	11,24 %	14,43 %	11,54 %	14,76%

Tabela 6 - Cheque Especial (Continuação)

Fonte: Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP (2018)

Pode-se depreender da Tabela 6 que, se considerado o período anual de 2016, a taxa média para o produto cheque especial, ranqueada com valor mais baixo dentre as instituições estudadas é:

1º - Sicredi – 9,39% a.m

2º - Caixa Econômica Federal – 11,83% a.m

3º - Banco do Brasil – 11,85% a.m

Considerando-se apenas o período anual de 2017, a taxa média:

1º - Sicredi – 9,79% a.m

2º - Banco do Brasil – 12,25% a.m

3º - Bradesco – 12,35% a.m

Ainda, se considerar apenas o último mês de 2017, o ranking fica assim representado:

1º - Sicredi – 10,19% a.m

2º - Bradesco – 12,22% a.m

3º - Caixa Econômica Federal – 12,39% a.m

Os valores acima elencados tratam da taxa efetivamente paga ou recebida e representam valores capitalizados mensalmente.

De acordo com Anderson Luis Polo, as linhas de crédito para conta garantida, capital de giro, Desconto de Duplicatas, Desconto de cheques e cheque especial não possuem nomenclatura diferente dentro de cada instituição financeira, ou seja, são nomes padrões de mercado e por isso, conseguem comparar as taxas.

Acrescenta ainda que existem outras linhas específicas de algum banco ou cooperativa, mas com pouca representatividade na média das taxas.

Já sobre as garantias, menciona que cada instituição tem sua política, mas que isso não é divulgado. Um pode pedir garantia e outro não para a mesma linha de crédito ou mesmo valor.

Informa ainda que, sobre a taxa, não possui diferenciação o segmento ao qual pertence a empresa, tão pouco seu porte e valor do crédito contratado. Uma vez que esses dados são taxas médias dos créditos liberados, tanto no Sicredi como nos bancos, independente dos valores dos contratos.

Os dados apresentados nessa pesquisa são de 2016 e 2017, mas podem ser usados para tomada de decisões pelos empresários, se utilizarem a mesma metodologia de coleta e análise.

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO:

Analisando o produto Conta Garantida, a Sicredi, executou em 2016 e, em 2017, as taxas mais atrativas aos empresários, seguida pelas taxas contratadas de Banco do Brasil e Santander respectivamente.

De acordo com os dados analisados, esta é a modalidade de crédito que as pessoas jurídicas mais procuram, porque serve como um meio de cobrir imprevistos do dia a dia, pois se considerarmos as altas taxas de juros praticadas para as demais linhas de crédito, a sua utilização, torna-se uma possibilidade interessante, aos olhos

do empresário, justificando a evolução dos volumes deste tipo de crédito dispostos no mercado.

Para o produto Capital de Giro, notou-se uma concorrência mais acirrada no cenário nacional, onde, em 2016, a Sicredi havia efetuado os contratos com taxas mais atrativas às pessoas jurídicas e no cenário de 2017, tal posição foi superada pelas taxas praticadas pelo Banco do Brasil. A Sicredi viu ainda a concorrência aumentar com Bancos como Itaú e Bradesco por oferecerem taxas semelhantes as suas.

Cenário bom para o empresário, que necessita muitas vezes alongar os prazos de pagamento para financiar o ciclo operacional e a honrar os compromissos, tais como, compra de matérias-primas e de mercadorias, pagamento a fornecedores, salários e encargos com pessoal, tributos, etc.

Analisando o produto Desconto de duplicatas, a Sicredi, executou em 2016 a taxa mais atrativa aos empresários. Contudo, em 2017, ganhou forte concorrência de bancos como Santander, que apresentou taxas mais elevadas e Itaú que praticou taxas idênticas.

Importante ressaltar que nesta modalidade, o empresário recebe antecipadamente os valores referentes as suas vendas a prazo.

Verificando o produto desconto de cheque, observa-se que a Sicredi, executou em 2016 e, em 2017, as taxas mais atrativas do mercado, seguida pelas taxas contratadas de Santande, Caixa Econômica Federal e Bradesco, respectivamente.

Esta antecipação do fluxo de caixa por meio do desconto de cheques pré-datados é uma das mais importantes ferramentas, da qual dispõe o administrador, visto que a empresa recebe no ato pelas vendas feitas a prazo e, ainda pode aproveitar outras vantagens.

Para o produto cheque especial, nota-se uma relevante vantagem nas taxas praticadas pela Sicredi, seguida pelos índices de Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco.

Como informado anteriormente, é excelente ferramenta para solucionar imprevistos. Contudo, apresenta altas taxas de juros para sua utilização.

Diante dos dados apresentados, pode-se concluir que as Cooperativas de Crédito, neste artigo representadas pela Sicredi, realmente, já competem com taxas

igualitárias e, em alguns casos, fazem frente até aos grandes Bancos públicos e privados do cenário nacional.

Desta maneira pode-se concordar com o que informa Goulart, 2016 e entender o porquê do crescimento em ritmo acelerado das cooperativas de crédito, justificado pelo fato de estarem se aprimorando e oferecendo toda a gama de serviços e produtos financeiros dos grandes bancos.

Portanto, pode-se observar que a Sicredi é a Instituição Financeira que ofereceu a melhor taxa para contratação de conta garantida no último mês de 2017, pois apresentou taxas mais satisfatórias a seus cooperados, porque pagaram menores juros.

Já, para o capital de giro, a melhor taxa referente ao mesmo período foi ofertada pelo Banco do Brasil S.A, que ofertou a menor taxa praticada no mercado, conseqüentemente, acarretando em lucros para seus clientes, os quais pagaram taxas de juros mais baixas.

Portanto, o empresário mesmo diante da correria do cotidiano, deve pesquisar as taxas oferecidas pelas várias instituições financeiras, antes de decidir com segurança qual lhe oferecerá maior garantia de lucro.

É importante salientar que, existem outras instituições e formas que podem financiar as empresas (Factorigs, Fornecedores, Debêntures, etc) mas que fogem ao escopo deste trabalho. O ranqueamento final foi feito apenas com o critério de Taxa de Juros Efetiva, contudo, há outros critérios a serem observados, tais como limites operacionais, prazos, tempo para liberação dos recursos, burocracia, documentação exigida, depósitos de garantia, etc (Centa & Tsuru, 2007).

5 CONCLUSÃO

Sabendo-se que o objetivo do presente trabalho foi estabelecido para realizar uma pesquisa exploratória a fim de ranquear as instituições financeiras que oferecem linhas de crédito mais vantajosas para financiar a necessidade de capital de giro das empresas, pode-se concluir que em dezembro de 2017, a instituição financeira que apresentou a menor taxa para o produto conta garantida foi a Sicredi; para o produto capital de giro a menor taxa praticada foi a do Banco do Brasil; para o produto desconto de duplicatas a menor taxa observada foi do Itaú; do produto desconto de cheques, quem proporcionou a menor taxa foi a Sicredi e, por fim, para o produto cheque especial, novamente a menor taxa ofertada foi da Sicredi.

Conclui-se, portanto, que todos os objetivos propostos para este estudo foram atingidos, pois foram analisados os principais bancos públicos, privados e cooperativas de Crédito para chegar ao resultado proposto.

Constatou-se que o diferencial das cooperativas é que além de ser competitiva com as taxas de mercado, o associado, ao final do ano, após apurado o resultado líquido, participa da assembleia e, juntamente com os demais cooperados, decide o que fazer com as sobras apuradas no ano exercício. Ademais, possui direito à participação nos lucros (sobras) e pode receber inclusive, em conta corrente, o valor de sua parte. Tendo retorno sobre a própria movimentação com a cooperativa, o que à torna mais atraente aos correntistas.

A principal contribuição do trabalho é que tanto os empresários na captação de recursos, quanto às instituições financeiras na modelagem e posicionamento de mercado, podem utilizar este estudo para delimitar suas estratégias.

Para trabalhos futuros, sugere-se que seja ampliado este estudo para as demais linhas de crédito ou linhas de investimento, considerando os vários setores da economia nacional.

Tanto a pesquisa bibliográfica como a pesquisa exploratória semiestruturada oportunizaram um amplo conhecimento sobre o Sistema Financeiro Nacional, sobre o mercado varejista, bem como, possibilitou a delimitação das melhores linhas de créditos disponíveis no mercado, mais precisamente, nas Instituições Públicas, Instituições Privadas e Cooperativas de crédito, as quais são oferecidas aos empresários, permitindo estabelecer o ranking das melhores opções de captação de

recursos. Também verificou-se que, algumas instituições utilizam o comitê para aprovação e liberação de capital de giro.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento**. Ministério do Desenvolvimento Agrário; NEAD; ADS; CNDRS, 2001. P 19 a 34

BOURROUL, M. Os 90 anos de história do Itaú Unibanco. **Época Negócios**, 26 set. 2014. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Empresa/noticia/2014/09/os-ultimos-banqueiros.html>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

BOWES, A. Cashflow management-the basics: Some influencing factors and looks at ways of improving a company's position. **Credit Management**, 1998.

BRADERCO, ASSESSORIA. Braderco Celebra 70 anos e hoje é maior rede bancaria do pais. **Migalhas**, 12 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI174079,81042-Braderco+celebra+70+anos+e+hoje+e+maior+rede+bancaria+do+pais>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. Resolução nº. 2770/2000, de 30 de agosto.. **Banco Central do Brasil**, Brasília,DF, 30 agosto 2000.

BRASIL. Resolução n. 4.553/2017, de 30 de janeiro. **Banco Central do Brasil**, Brasília,DF, 30 jan. 2017.

CARVALHO, Carlos E.; ABRAMOVAY, Ricardo. **O sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. Brasília: Sebrae, 2004

CENTA, Sergio Alexandre; TSURU, Sergio Kazuo. **Crédito No Varejo-Pessoas Físicas E Jurídicas**. – Curitiba: Ibpe, 2007. P 13 a 33

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. e DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CORPORATIVA, A. D. I. Diferenciais de uma cooperativa de crédito. **SICREDI**, 22 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/noticia/sicredi-edson-georges-nassar-dialogos-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

DEIRO, Luis Francisco Moraes; FORTES, Jonathas Borges – **Crédito e Cobrança – Tudo o que sua empresa precisa saber**. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2011. p. 53 a 84

DETONI, D. J.; MOREIRA, V. C. C. A Importância da Administração do Capital de Giro para a Sobrevivência de uma Empresa. In **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. VIII. 2011. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/35114611.pdf>>.

ESTADÃO. Jornal o Estado de São Paulo. **Caderno Economia E Negócios**. Márcia De Chiara. 10/05/2016. Acessado em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,1-8-milhao-de-empresas-fecharam-em-2015,10000050202>. Acesso em 13 fev. 2018.

HOJI, Masakasu. **Administração Financeira**: Uma abordagem prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DE SANTI FILHO, Armando – **Avaliação de Riscos de Crédito: para gerentes de operações**. Editora Atlas, 1997. p. 29 a 51

FRAZÃO, F. Selic: entenda como a taxa básica de juros influencia a economia brasileira. **Folha de São Paulo**, 02 set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1676288-selic-entenda-como-a-taxa-basica-de-juros-influencia-a-economia-brasileira.shtml>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

GOMES, Frederico. Pechir; SILVA, Beatriz Simas. **Como Funciona o Sistema Financeiro Nacional (SFN)**, 01 abr. 2005. DENOR-Departamento de Normas do Sistema Financeiro Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/BC_Univ_20040415.pdf>.

GONÇALVES, H. D. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2.ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

GOULART, J. Cooperativas de crédito já são o 6º maior banco do País. **Estadão**, 03 abr. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cooperativas-de-credito-ja-sao-o-6-maior-banco-do-pais,10000024641>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

JULIÃO, L. G. A gangorra da taxa básica de juros da economia nos governos FH, Lula e Dilma. **O Globo**, 20 out. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/a-gangorra-da-taxa-basica-de-juros-da-economia-nos-governos-fh-lula-dilma-20322941>>.

JÚNIOR, Amílcar Barca Teixeira – **Cooperativas Financeiras – Aspectos Jurídicos e Operacionais Coletânea de Pareceres e Artigos**. Brasília: Vincere Editora, 2016. p. 15 a 32

KANCZUK, F. Ciclos Reais Brasileiros em Dois Setores. **Estudos Econômicos**, 01 jan. 2004. 72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v34n1/v34n1a02.pdf>>.

LIMA, E. H. G. A História Da Caixa Econômica Federal. **Administradores**, 08 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-historia-da-caixa-economica-federal/11878/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

OLIVEIRA, K. Quatro maiores bancos detêm 78,6% do crédito no país. **Agência Brasil**, 17 out. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-10/quatro-maiores-bancos-detem-786-do-credito-no-pais>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

OSWALD, V. Copom reduz a taxa básica de juros para 7,25% ao ano. **O Globo**, 10 out. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/copom-reduz-taxa-basica-de-juros-para-725-ao-ano-6366453>>.

SICREDI. Parque. Das Araucárias. A Cooperação Construindo História. Mariópolis: **Jornal da Fronteira**, 2017.

PORTAL BRASIL. Banco Central derruba os juros: entenda como isso melhora sua vida. **Governo do Brasil**, 25 out. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/10/banco-central-derruba-os-juros-entenda-como-isso-melhora-sua-vida>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

RAMIRO, P. A história do Santander. **Jornal Ggn**, 05 fev. 2012. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-do-santander>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

ROCHA, T. Referência Nacional - Projeto: Ascensão Profissional Executivos. **Learning Performance Brasil**, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.learning-performancebrasil.com.br/Blog/post/2017/08/30/referencia-nacional-projeto-ascensao-profissional-executivos.aspx>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SALOMÃO, K. Os 20 maiores bancos do Brasil em valor de ativos. **Exame**, 13 set. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/os-20-maiores-bancos-do-brasil-em-valor-de-ativos/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt - **Análise de crédito: Concessão e gerência de empréstimos**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2000. p. 47 a 55

SECURATO, José Roberto – **Crédito – Análise e Avaliação do risco Pessoas Físicas e Jurídicas**. 2.ed. – São Paulo: Saint Paul Editora, 2012. 277 a 284.

SICOOB. **Sicoob**, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/apresentacao>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SICCOOB, T. Cooperativas De Crédito: O 6º Maior Banco Do Brasil. **Sicoobsc**, 25 maio 2016. Disponível em: <<http://www.sicoobsc.com.br/transcredi/noticias/cooperativas-de-credito-o-6o-maior-banco-brasil/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SILVEIRA, D. Por dois anos seguidos, Brasil fecha mais empresas do que abre, aponta IBGE. **Globo**, 04 out. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/por-dois-anos-seguidos-brasil-fecha-mais-empresas-do-que-abre-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

SOUSA, Sergio Henrique Miranda de – **Capital empreendedor – Venture Capital e Private Equity – Capital de Risco**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 62 a 74

SOUZA, Paulo Renato de. **Razões que levam clientes de uma empresa de crédito a não honrarem com seus compromissos no prazo estabelecido**. 2000. vi, 52 f; Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná. Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças, Pato Branco, PR, 2000.

TOSCANO, I. Microcrédito: da iniciativa local ao centralismo estatal. **POLIS**, 18 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/811/811.pdf>>.

VALENTE, R. Microcrédito como instrumento de desenvolvimento. **Repositório Ipea**, 19 jun. 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5595/1/bmt_n.19_microcr%C3%A9ditocomo.pdf>.

VILELLA, G. A gangorra da taxa básica de juros da economia nos governos FH, Lula e Dilma. **O Globo**, 20 out. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/a-gangorra-da-taxa-basica-de-juros-da-economia-nos-governos-fh-lula-dilma-20322941>>. Acesso em: 07 jan. 2018.